



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

**UMA AUTOAVALIAÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE AO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO
CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARÁ**

Teresa Cristina Carvalho do Nascimento

Professora-orientadora Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas
Professor tutor-orientador Mestre Cristiano de Souza Calisto

Brasília – DF
julho/2014

Teresa Cristina Carvalho do Nascimento

**UMA AUTOAVALIAÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE AO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO
CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARÁ**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas e do Tutor-orientador Mestre Cristiano de Souza Calisto.

Teresa Cristina Carvalho do Nascimento

**UMA AUTOAVALIAÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE AO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO
CENTRO EDUCACIONAL 02 DO GUARÁ**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas – UnB/SEEDF
(Professora-orientadora)

Mestre Cristiano de Souza Calisto – UnB/SEEDF
(Tutor-orientador)

Mestra Eter Cristina Silva Balestíe Peluffo - SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 26 de julho de 2014.

AGRADECIMENTOS

À direção, professores e funcionários do Centro de Ensino Fundamental 02 do Guará e do Centro Educacional 04 do Guará, pela colaboração visando o aperfeiçoamento dos instrumentos para a coleta de dados.

À direção, professores e funcionários do Centro Educacional 02 do Guará que contribuíram para a realização de várias atividades das disciplinas do curso e coleta de dados para esta monografia.

À Professora Railce, pelo incentivo à minha participação e sugestões para o desempenho satisfatório no curso.

À Professora Lurdinha, por disponibilizar seu tempo e orientação para uma melhor utilização dos recursos tecnológicos.

À Professora Cassandra, pela contribuição com seus conhecimentos sobre língua estrangeira moderna.

À todos os colegas do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília, especialmente, os colegas da turma “G” e os que optaram pelo tema Projeto Político Pedagógico, ao proporcionarem a construção coletiva do conhecimento.

À Professora Maria José Coutinho Moreira que, como tutora da turma “G”, orientou a realização de todas as atividades referentes às disciplinas deste curso, com dedicação e profissionalismo.

Ao Professor Cristiano de Souza Calisto, orientador desta monografia, pela empolgação nas sugestões e orientações.

À Professora Olga Cristina Rocha de Freitas, Professora-orientadora desta monografia, por proporcionar a compreensão dos princípios da gestão escolar democrática no Distrito Federal e da importância da construção, coletiva e contínua, do projeto político pedagógico na escola.

Ao Professor Erisevelton Silva Lima, cujo trabalho acadêmico sobre autoavaliação, foi indispensável para a realização desta monografia.

Aos professores de todas as disciplinas, apoio técnico e coordenação por tornarem este Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília uma realidade.

Aos meus pais, Aureliano Bispo do Nascimento (**in memoriam**) e Therezinha de Jesus Carvalho do Nascimento, irmãos e toda a minha família pela melhor forma de educar: o exemplo.

E a todos que, mesmo sem ter seus nomes citados, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

“[...] Avaliação é aprendizagem: enquanto se aprende se avalia e enquanto se avalia se aprende. [...]”

(VILLAS BOAS; 2008. p.11).

RESUMO

Esta monografia aborda temáticas como a Lei da Gestão Democrática e as práticas democráticas e participativas dos professores; a importância dos professores na gestão escolar democrática; a Constituição Federal de 1988, os professores e a educação como instrumentos de transformação social; os Parâmetros Curriculares Nacionais como apoio para a atuação dos professores; uma postura de colaboração dos professores no uso das tecnologias da informação e comunicação; a participação, a autonomia, o pluralismo e a transparência na autoavaliação do professor; a autoavaliação no Projeto Político Pedagógico Carlos Mota; uma autoavaliação dos professores frente à elaboração do projeto político pedagógico. Apresenta o problema da falta de participação na construção do projeto político pedagógico. Descreve os resultados de uma pesquisa qualitativa e quantitativa associada à participação dos professores frente à elaboração do projeto político e pedagógico. Adota a metodologia da autoavaliação. Possui como objetivo motivar a participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico, visando à melhoria da qualidade da educação ofertada pela escola. Utiliza como procedimento metodológico a aplicação de um questionário para o segmento dos professores do Centro Educacional 02 do Guará. Permite a constatação da falta de iniciativa, participação e conhecimento de alguns professores, quanto à elaboração do projeto político pedagógico e a sua contribuição com sugestões para viabilizar e motivar a participação dos professores na construção coletiva do projeto político pedagógico, apresentando uma postura coerente para uma gestão escolar democrática.

Palavras-chave: Professores, autoavaliação, projeto político pedagógico.

ABSTRACT

This monograph address topics such as the Law of Democratic Management and the teachers democratic participatory practices; the teachers importance in democratic school management; the Federal Constitution of 1988, teachers and education as an instrument of social transformation; National Curriculum Standards as support for teachers performance; an teachers attitude of collaboration in the use of information and communication technologies; participation, autonomy, pluralism and transparency in the teachers self-assessment; the teachers self-assessment in political pedagogical project Carlos Mota; the teachers self-assessment against the development of the political pedagogical project. It presents the problem of lack of participation in the political pedagogical project construction. It describes the qualitative and quantitative results research associate the teacher's participation in the political pedagogical project preparation. It adopts the self-assessment methodology. It aimed teacher's motivated participation in developing the political pedagogical project, aiming at improving the quality of education offered by the school. It uses as a methodological procedure to a questionnaire for the Centro Educacional 02 do Guar teachers segment. It allows finding the some teachers lack of iniciative, participation and knowledge of the political pedagogical project elaboration though self-assessment which also allowed their contribution with suggestion to facilitate and encourage of teachers participation in the political pedagogical project in the collective construction, presenting a coherent approach to a democratic school management.

Keywords: Teachers; self-assessment; political pedagogical project.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CED 02 – Centro Educacional 02

GG – Ginásio do Guar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PAIUB – Programa de Avaliao Institucional das Universidades Brasileiras

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEEDF – Secretaria de Estado de Educao do Distrito Federal

TIC's – Tecnologias da Informao e Comunicao

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de atuação dos professores na SEEDF.....	35
Gráfico 2 – Tempo de exercício dos professores na escola atual.....	36
Gráfico 3 – Autoavaliação do conhecimento dos professores sobre o PPP da escola.....	39
Gráfico 4 – Participação dos professores na elaboração do PPP.....	39
Gráfico 5 – Autoavaliação da participação dos professores na elaboração do PPP.....	40
Gráfico 6 – Autoavaliação da iniciativa dos professores para a elaboração coletiva do PPP.....	41
Gráfico 7 – Conhecimento dos professores sobre a participação dos outros segmentos na elaboração do PPP.....	42
Gráfico 8 – Avaliação da participação dos demais segmentos na elaboração do PPP.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação de quem é a responsabilidade de elaboração do PPP na opinião dos professores.....	37
Tabela 2 – Momento mais adequado para a elaboração do PPP segundo os professores.....	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
1.1 A Lei da Gestão Democrática e as Práticas Democráticas e Participativas dos Professores.....	13
1.2 A Importância dos Professores na Gestão Escolar Democrática.....	14
1.3 A Constituição Federal de 1988, os Professores e a Educação como Instrumento de Transformação Social.....	15
1.4 Os Parâmetros Curriculares Nacionais como Apoio para a Atuação dos Professores.....	17
1.5 Uma Postura de Colaboração dos Professores no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.....	20
1.6 A Participação, a Autonomia, o Pluralismo e a Transparência na Autoavaliação dos Professores.....	23
1.7 A Autoavaliação no Projeto Político Pedagógico Carlos Mota.....	26
1.8 Uma Autoavaliação dos Professores Frente à Elaboração do Projeto Político Pedagógico.....	27
2 – METODOLOGIA.....	31
2.1 Autoavaliação dos Professores.....	31
2.2 Contexto Histórico do GG.....	33
2.3 Reflexões Sobre a Autoavaliação.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	51

INTRODUÇÃO

Esta monografia, sobre uma autoavaliação dos professores frente ao projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará, escola onde atuo como professora, foi elaborada como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, da Universidade de Brasília, tendo como objetivo geral motivar a participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico, a partir da sua autoavaliação, visando a melhoria da qualidade da educação ofertada pela escola e, como objetivos específicos, constatar a falta de participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico; identificar as causas que dificultam a participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico, a partir de sua autoavaliação; verificar se um cronograma, contendo momentos para a construção coletiva e contínua do projeto político pedagógico, viabiliza a participação dos professores; e estimular a iniciativa dos professores para a participação na elaboração do projeto político pedagógico..

Durante a realização desta pesquisa buscou-se respostas para o problema caracterizado pela seguinte pergunta:

Como motivar a participação dos professores do Centro Educacional 02 do Guará na elaboração do seu projeto político pedagógico?

As hipóteses para o problema de pesquisa desta monografia, que é baseado na observação da realidade vivenciada por mim como professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, são de que os professores não participam da elaboração do projeto político pedagógico; os professores não são motivados para participar da elaboração do projeto político pedagógico; a existência de momentos para a construção coletiva e contínua do projeto político pedagógico, viabiliza a participação dos professores; falta iniciativa de participação no projeto político pedagógico, por parte dos professores; os professores não estimulam a participação dos outros segmentos que compõem a escola, na elaboração do projeto político pedagógico; a autoavaliação contribui para a percepção, por parte dos professores, da necessidade da mudança de sua postura, frente à elaboração do projeto político pedagógico.

A justificativa para a realização desta pesquisa é a possibilidade de restringir seu foco, abordando a falta de participação do segmento dos professores, pois, sou uma professora sem a pretensão de atuar como gestora, mas, consciente de que para uma gestão escolar democrática todos os segmentos devem assumir a sua responsabilidade, de acordo com suas atribuições, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação na escola e sendo um primeiro passo para que, a partir da sua autoavaliação, toda a comunidade escolar participe da elaboração do projeto político pedagógico.

Para o alcance dos objetivos, a metodologia escolhida foi a da autoavaliação dos professores, abordada de forma qualitativa e quantitativa, a partir da aplicação de um questionário como instrumento de coleta de dados.

Este trabalho se divide em Introdução, Capítulos 1 e 2 e Conclusão. O Capítulo 1 “Referencial Teórico” está subdividido em oito tópicos, que apresentam como referenciais teóricos, os seguintes autores e documentos: Almanaque Abril (2010); ARAÚJO (2009); BELLONI (2003); Constituição de 1988; FERREIRA (2008); LDB (1996); Lei da Gestão Democrática no DF (2012); LIMA (2011); NOVAIS (2004); PCN's (1998); PPP Carlos Mota; Proposta Pedagógica do CED. 02 (2009); SILVA (2009); SOUSA (2009); SOUZA (2009); VASCONCELLOS (2006); VEIGA (2007); VIEIRA (2006).

O Capítulo 2 refere-se à apresentação da metodologia e, é subdividido em três tópicos. O primeiro tópico “Autoavaliação dos professores” trata da metodologia utilizada na pesquisa tendo, como referenciais teóricos GALINA (2008), LIMA (2011) e VILLAS BOAS (2008). O segundo tópico “Contexto Histórico do GG”, retrata um pouco da história do Centro Educacional 02 do Guará, escola na qual eu trabalho e onde a pesquisa foi realizada. No terceiro e último tópico “Reflexões sobre a autoavaliação”, apresenta-se uma análise dos dados coletados acerca da participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico da escola.

Na conclusão deste trabalho constatou-se que a autoavaliação permitiu, aos professores, o reconhecimento e as causas da sua falta de iniciativa, participação e conhecimento, conduzindo-os à contribuição com sugestões para motivá-los à construir o projeto político pedagógico da escola.

CAPÍTULO 1 - REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A Lei da Gestão Democrática e as Práticas Democráticas e Participativas dos Professores

A Lei Nº 4.751/2012, uma das conquistas do período de luta pela democratização da gestão escolar e principal marco da gestão democrática no Distrito Federal prevê, em seu inciso I, do Capítulo I, do Art.2º:

“I – participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;” (p.1)

No entanto, essa participação da comunidade escolar, também conferida pelo inciso I, do Art. 12º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96 como uma incumbência aos estabelecimentos de ensino de elaborar e executar sua proposta pedagógica, não pode se resumir em votar no diretor e vice-diretor da unidade escolar para representar todos os segmentos que compõem a escola com decisões individuais, pois, segundo o parágrafo único, do Art. 39, da lei da gestão democrática, o Plano de Trabalho para Gestão da Escola deve:

“[...] destacar os objetivos e as metas para melhoria da qualidade da educação, bem como estratégias para preservação do patrimônio público e para a participação da comunidade no cotidiano escolar, na gestão dos recursos financeiros e no acompanhamento e na avaliação das ações pedagógicas.” (p.12).

Portanto, é fundamental que a realidade vivenciada pela escola seja marcada pela participação da comunidade num processo coletivo e contínuo de reflexão, constituído por ações como relacionar problemas, identificando-os a partir da avaliação das ações desenvolvidas anteriormente e planejar, coletivamente, as próximas ações, contribuindo com sugestões de soluções, buscando inovação e criatividade para vencer os obstáculos a serem vencidos pela escola.

A falta de condições adequadas inviabiliza a participação da comunidade escolar, tornando necessária a adoção de medidas visando a motivação dos segmentos que compõem a escola para essa participação, a organização de momentos destinados à avaliação, planejamento e prática desse processo caracterizado pela democracia participativa.

Um dos princípios explicitados no inciso VII, do Capítulo I, da Lei Nº 4.751/2012, é:

“VII – valorização do profissional da educação.” (p.1)

Mas, se os professores que são os profissionais da educação que possuem formação e trabalham diretamente envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, nem sempre participam de forma ideal, da construção do projeto político e pedagógico, dificilmente poderemos contar com a colaboração dos estudantes, mães, pais ou responsáveis por estudantes e os integrantes da carreira Assistência à Educação.

A alternativa apontada nessa proposta de trabalho é propiciar a autoavaliação do professor como um primeiro passo para uma iniciativa própria de busca pela formação continuada em serviço e o incentivo à participação dos demais segmentos que compõem a comunidade escolar tendo, como objetivo principal a melhoria da qualidade da educação ofertada pela escola.

1.2 A Importância dos Professores na Gestão Escolar Democrática

Considerando que, de acordo com a definição de democracia do (mini Aurélio, 2008), a democracia é:

“1. Governo do povo; soberania popular. 2. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.”(p.291).

Um aspecto que reforça a importância do segmento dos professores na gestão escolar democrática, baseada em (SOUZA, 2009), é a gestão pública:

“[...], como um processo democratizante, uma vez que a democracia é também uma ação educativa, no sentido da conformação de práticas coletivas na educação política dos sujeitos. [...]” (p.126).

A partir do momento em que a democracia é entendida como uma ação educativa, a postura do professor precisa estar coerente com os princípios básicos da gestão democrática. De acordo com (SOUZA, 2009):

“Porém, parece que há dificuldades para a constituição dessa educação política e, pior, em seu lugar parece haver a constituição de elementos de reprodução do autoritarismo pela própria educação escolar. [...]” (p.127).

É preciso que a postura do professor, atuando na gestão escolar, ou diretamente envolvido com o processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, ultrapasse a dimensão teórica da democracia para torná-la uma prática. Segundo (SOUZA, 2009):

“[...] pensar a democracia exige pensar as possibilidades reais de sua realização. Do contrário, trata-se apenas de uma democracia estética, na qual as pessoas atuam na esfera pública fazendo escolhas como uma ação se basta em si mesma. A democracia se faz menos nas definições formais, constitucionais, dos direitos dos indivíduos e mais pela ampliação real das condições de superação das desigualdades sociais.” (p.128).

Como a democracia pode ser apenas representativa, onde o gestor é eleito pela maioria dos segmentos que compõem a comunidade escolar, é fundamental que os órgãos colegiados como conselhos, associações de pais, grêmios estudantis não atuem de forma isolada. Como está em (SOUZA, 2009):

“[...] O seu potencial só se confirma quando as pessoas do universo escolar tomam a democracia e o diálogo como princípio não das suas relações na escola, mas como fundamento da vida, [...]” (p.137).

É preciso, ainda, que a sua autoavaliação promova uma nova postura do professor, passando de uma acomodação limitada a fazer críticas, para a participação, contribuindo para a melhoria da realidade vivenciada pela escola.

1.3 A Constituição Federal de 1988, os Professores e a Educação como Instrumento de Transformação Social

Segundo o parágrafo único, do Art. 1º, do Título I – Dos Princípios Fundamentais, da Constituição Federal de 1988:

“Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (p.8).

E, assim como está no inciso VI, do Art. 206, da Seção I – Da Educação, do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto:

“VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei.” (p.57).

A gestão democrática do ensino público não se resume, no entanto, à representação da comunidade escolar pela figura do gestor, ao contrário, essa responsabilidade deve ser dividida por todos.

Baseada no Art. 205, da Seção I, do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, da Constituição Federal de 1988:

“Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (p.57).

Características reforçadas, tanto no Art. 2º da Lei 4.751/2012, como em (SOUZA, 2009), onde a gestão da escola pública pode ser:

“[...] entendida pretensamente como um processo democrático, no qual a democracia é compreendida como princípio, posto que se tem em conta que essa é a escola financiada por todos e para atender ao interesse que é de todos, [...]” (p.126).

Portanto, não podemos responsabilizar um segmento pelos problemas enfrentados pela escola, pois, nenhum segmento pode fazer tudo sozinho. A divisão das responsabilidades da gestão escolar deve se traduzir na participação da família e da comunidade escolar.

O preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho deve visar a transformação social, para a superação das desigualdades, coerente com princípios presentes no Art. 206 da Constituição de 1988 (EC nº19/98 e EC nº53/2006) como:

“I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (p.57).

O exercício da cidadania requer, ainda, o conhecimento sobre o conteúdo das leis para que o cidadão possa não apenas usufruir de seus direitos, mas, também, cumprir os seus deveres de forma adequada. Por isso, precisamos estar atentos para as formas que garantem as condições de transformar a teoria contida nas leis na prática da realidade de vida do cidadão.

Ao desenvolver o seu processo de autoavaliação, o professor deve verificar se faz parte de sua postura o zelo pelos educandos, juntamente com a família, no recenseamento, como está no Art. 208, da Constituição de 1988:

“§ 3º, Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.” (p.58).

A autoavaliação do professor deve envolver, também, uma reflexão sobre a forma com está sendo elaborada a proposta curricular da escola, segundo o Art. 210, da Constituição de 1988:

“Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” (p.58).

Para alcançar uma melhoria na qualidade da educação, objetivo dos profissionais da educação, é fundamental informar-se sobre as leis e as novas propostas pedagógicas, verificando se a sua prática está coerente com essas novas propostas ou, até mesmo, se está de acordo com os conteúdos das leis. Segundo o Art. 214, da Constituição de 1988:

“Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: [...]IV – melhoria da qualidade do ensino; [...]” (p.58).

De acordo com o Art. 6º, Capítulo II – Dos Direitos Sociais, da Constituição Federal de 1988:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC nº 26/2000).”,

Como a educação é um direito social, a autoavaliação do professor, pode ser um primeiro passo para viabilizar o alcance das metas presentes no Plano Nacional de Educação e, mais do que isso, ao melhorar a qualidade da educação, contribuir para a formação do cidadão não apenas consciente de seus direitos e deveres, mas, também, com atitudes solidárias para uma sociedade mais justa.

1.4 Os Parâmetros Curriculares Nacionais como Apoio para a Atuação dos Professores

Outro aspecto que devemos considerar como importante, para uma atuação satisfatória do professor é a sua participação na elaboração da proposta curricular da escola, onde os Parâmetros Curriculares Nacionais devem servir de apoio, nesse processo de construção coletiva e que faz parte da dimensão pedagógica da gestão escolar. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

“A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças, adolescentes e jovens

durante um período contínuo e extensivo de tempo, diferindo de processos educativos que ocorrem em outras instâncias, como na família, no trabalho, na mídia, no lazer e nos demais espaços de construção de conhecimentos e valores para o convívio social.” (p.42).

Podemos concluir que o processo educativo de um cidadão, ocorre numa variedade de ambientes com características específicas.

É importante observar, também que, como está nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“[...]. Assim sendo deve ser evitada a abordagem simplista de encarar a educação escolar como o fator preponderante para as transformações sociais, mesmo reconhecendo-se sua importância na construção da democracia.” (p.42).

Portanto, nenhum segmento que compõe a sociedade e, em nível mais específico, que compõe a escola, pode fazer tudo sozinho.

De acordo com (LIMA, 2011):

“[...]. Se há um item da gestão escolar que não pode ficar sem a devida priorização, é o da gestão do currículo por meio de uma concepção que se articula ao projeto político-pedagógico sob uma visão emancipadora do que seja ensinar, aprender e avaliar. [...]” (p.64).

Cada um possui sua parcela de responsabilidade, de acordo com as suas especificidades na busca pela transformação social, visando justiça e solidariedade. É nesse momento que destaco a autoavaliação para viabilizar esse processo.

Quanto às relações entre aprendizagem escolar e trabalho, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

“Em resumo, busca-se um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos que interfiram criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para que se integrem ao mercado de trabalho.” (p.45).

Enfim, a contribuição do professor, na elaboração da proposta curricular da escola, deve ter uma preocupação especial com o exercício da cidadania. Porém, o objetivo das alternativas apontado não é uma uniformização da postura do professor, mas, sim, identificar atitudes que podem contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Dentre os vários significados que o currículo pode apresentar, a concepção adotada nos Parâmetros Curriculares Nacionais é que:

“[...] currículo pode significar também a expressão de princípios e metas do projeto educativo que precisam ser flexíveis para promover discussões e reelaborações quando realizado em sala de aula, pois é o professor que traduz os princípios elencados em prática didática. [...]” (p.49).

Observamos, mais uma vez a presença significativa do professor na avaliação do currículo que, após ser discutido pode, até mesmo, ser reelaborado, com base nas experiências vivenciadas pelo professor em seu processo de ensino e aprendizagem.

A construção de uma referência curricular, durante o processo de autoavaliação, que deve ser contínuo por parte do professor, depende da concepção de ensino e aprendizagem adotada. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

“Por mais que o professor, os companheiros de classe e os materiais didáticos possam, e devam, contribuir para que a aprendizagem se realize, nada pode substituir a atuação do próprio aluno na tarefa de construir significados sobre os conteúdos da aprendizagem. É ele quem vai modificar, enriquecer e, portanto, construir novos e mais potentes instrumentos de ação e interpretação.

Conceber o processo de aprendizagem como propriedade do sujeito implica valorizar o papel determinante da interação com o meio social e, particularmente, com a escola. [...]” (p.72).

A atuação de alunos e professores é decisiva para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem como consequência da construção da referência curricular.

Gostaria, agora, de chamar a atenção para a forma como a autoavaliação do professor é abordada no projeto educativo da escola e como fator de concretização dos Parâmetros Curriculares Nacionais na escola:

“A avaliação, apesar da responsabilidade do professor, não deve ser considerada função exclusiva dele. Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, é uma condição didática para que construam instrumentos de auto-regulação para as diferentes aprendizagens. A auto-avaliação é uma situação de aprendizagem em que o aluno desenvolve estratégias de análise e interpretação de suas produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar. Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que esta só poderá ser construída com a coordenação dos diferentes pontos de vista tanto do aluno quanto do professor.” (p.99).

Podemos verificar, de forma clara, a valorização da autoavaliação nos Parâmetros Curriculares Nacionais como um processo que deve ser desenvolvido na prática da sala de aula e, assim como é defendida a autoavaliação por parte dos alunos, os outros segmentos que compõem a comunidade escolar podem ter a autoavaliação do professor como um exemplo de prática a ser incorporada em sua

rotina, pois, dentre as inúmeras vantagens da autoavaliação, ressaltadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, estão:

“[...] as decisões pedagógicas decorrentes dos resultados da avaliação, que orientam a reorganização da prática educativa do professor no seu dia-a-dia e ações como o acompanhamento individualizado feito pelo professor fora da classe; a constituição de grupos de apoio, as lições extras, dentre outros que cada escola pode criar.[...]” (p.99).

1.5 Uma Postura de Colaboração dos Professores no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

O uso das tecnologias da informação e comunicação é um aspecto que não pode faltar na autoavaliação do professor. Segundo (VIEIRA, 2004):

“Sabemos dos vários benefícios que a tecnologia pode gerar no trabalho pedagógico com o aluno, [...]” (p.1).
 “Sabemos também que esse trabalho só se concretiza quando o professor domina os conceitos e as práticas relacionadas com a tecnologia, transpondo-os para o seu trabalho pedagógico e aplicando-os ao cotidiano da escola.” (p.1).

Porém, algumas escolas que não tem computadores conseguem realizar boas práticas de aprendizagem e ter bom desempenho nos índices de desenvolvimento educacional, pois, mais importantes do que os computadores, são os membros que compõem a comunidade escolar, já que o computador é um dos exemplos da genialidade humana e, as boas práticas de aprendizagem estão condicionadas à postura do ser humano na escola, que deve ter como objetivo principal, a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Como está em (VIEIRA, 2004):

“[...] A capacidade de transformar informação em conhecimento não pode ser realizada por uma máquina, sem a interferência da mente humana, isto é, tal capacidade é exclusivamente humana. [...]” (p.4).

Portanto, dentre as várias possibilidades de atuação que a capacidade humana pode gerar, destaco a capacidade de rever sua postura, pois, baseada em (VIEIRA, 2004):

“A criação de um ambiente informatizado, que tenha como objetivo gerenciar dados e informações para permitir a criação e melhoria de conhecimento sobre os processos da escola requerem de nossa parte, muito bom senso. [...]” (p.5).

A autoavaliação do professor aparece, mais uma vez, como uma possibilidade de alternativa e primeiro passo para o reconhecimento da necessidade de aprender, aliada a uma postura caracterizada pela disposição em aprender a

utilizar, da melhor forma possível, ou seja, com muito bom senso, as tecnologias da informação e comunicação.

Muitas vezes os debates sobre educação ressaltam a presença das tecnologias da informação e comunicação como condição fundamental para a melhoria da qualidade da educação. No entanto, mais importante do que as tecnologias da informação e comunicação é a postura dos envolvidos nesse processo e a forma como utilizam e se, até mesmo, deixam de utilizar essas tecnologias no cotidiano escolar. Quanto à postura profissional, em especial dos professores, de acordo com (VIEIRA, 2004):

“[...] A prática de trabalho dos professores, geralmente isolada nas salas de aula, dificulta sobremaneira, a criação de uma cultura de colaboração. Por isso, há necessidade do gestor planejar a existência de momentos de troca de experiências entre professores e funcionários. [...]” (p.6).

Podemos concluir que a autoavaliação apresentará resultados positivos, mais especificamente relacionados ao uso das tecnologias da informação e comunicação, quando o professor deixar o individualismo e o isolamento, para apresentar uma postura participativa e de colaboração com os segmentos que compõem a comunidade escolar. Segundo (VIEIRA, 2004):

“[...] A implementação de um sistema de organização e disseminação de informações na escola torna-se bem mais fácil quando a cooperação já faz parte da cultura escolar.[...]” (p.6).

Algumas considerações importantes são apresentadas em (VIEIRA, 2004):

“Criar estruturas organizacionais menos hierárquicas e mais auto-organizadoras.” (p.6).

Essa consideração, presente na citação de (VIEIRA, 2004), nos remete à necessidade de rever nossas ações, no sentido de evitar fazer críticas aos outros membros da comunidade escolar, antes de verificar quais são as contribuições que nós mesmos podemos dar, para a construção coletiva de alternativas para a melhoria da qualidade da educação. Como está em (NOVAIS, 2004):

“[...] se começarmos a enxergar nosso trabalho como parte de um processo mais amplo torna-se difícil até mesmo dizer que o problema de aprendizagem de nossos alunos é ‘culpa’ de outro colega, ou dos professores da série anterior, pois implicaria que, constatada uma dificuldade, procurássemos junto aos demais colegas com os quais atuamos e com aqueles que trabalham em séries anteriores, enfrentarmos a dificuldade como grupo.” (p.4).

As tecnologias da informação e comunicação podem contribuir tanto na avaliação de problemas enfrentados pela escola, como na sua resolução. Porém, baseada em (NOVAIS, 2004);

“[...] Nós, professores brasileiros, assim como quaisquer professores, não desenvolvemos a capacidade de analisar nosso trabalho como parte de um processo escolar mais amplo, [...]” (p.4).

Contudo, mesmo apresentando dificuldade em analisar o nosso trabalho, sentimos a necessidade de mudança. De acordo com (NOVAIS, 2004):

“[...] há uma contradição quase que inerente ao sistema escolar: é a que transparece na distância entre o papel que qualquer educador atribui á escola quando fala dela, na forma de ‘discurso’ e o que ocorre ‘de fato’ na sala de aula. Por tudo o que dissemos, vivemos um dilema: já um modelo interiorizado por toda a sociedade e pelos educadores do que é ser professor e há necessidades que demandam uma mudança no perfil e na ação profissional.” (p.3).

Torna-se, então, necessária a prática da autoavaliação em uma realidade incoerente com o discurso dos professores. Segundo (NOVAIS, 2004):

“Uma das formas de atuação predominante entre os professores é a que corresponde ao isolamento de cada um em sua sala de aula. Ela pode ser traduzida na expressão ‘cada um por se’, [...]” (p.5).

Uma explicação para a distância entre o discurso e a realidade vivenciada pelo professor na escola está na lógica utilizada para a organização da escola. Como está em (NOVAIS, 2004), de acordo com a lógica burocrática:

“[...] cada um que trabalha na escola conhece o seu papel e limita-se ao script pré-determinado para ele. Desse modo não há espaço, por exemplo, para que um professor se comprometa com os objetivos mais amplos da formação de seus alunos. [...]” (p.5).

Ainda baseada em (NOVAIS, 2004):

“[...] a chegada do computador à instituição escolar, facilmente se ‘adapta’ à cultura vigente, [...]” (p.6).

Essa realidade nos permite concluir que se a cultura vigente é a da lógica burocrática onde, de acordo com (NOVAIS, 2004):

“[...] cada um dos que atuam na escola trabalha de forma isolada e alienada com relação a um projeto coletivo de educação. [...]” (p.6).

Diante da autoavaliação que nos permite rever nossa atuação, surge um obstáculo a ser vencido. Segundo (NOVAIS, 2004):

“É preciso darmos conta do desafio e da oportunidade que a escola tem diante de si ao fazer com que o computador seja efetivamente utilizado como uma ferramenta de aprendizagem. [...]” (p.6).

Sem a existência de condições satisfatórias fica muito difícil o idealismo de o discurso tornar-se realidade, para isso, a primeira condição é que a mudança tenha início dentro de cada um de nós tendo, como ponto de partida, a autoavaliação do professor seguida pelos demais componentes da comunidade escolar. Como está em (NOVAIS, 2004):

“[...] o diretor, os coordenadores e orientadores, os professores e os alunos devem viver um processo de mudança, sendo atores nesse processo.” (p.6).

Para que as tecnologias da informação e comunicação possam se caracterizar como uma alternativa, assim como a autoavaliação para uma melhor atuação do professor frente à elaboração do projeto político e pedagógico da escola, baseada em (NOVAIS, 2004) além de entender o papel do computador como recurso de aprendizagem, também é necessário:

“[...] o envolvimento da comunidade em projetos, de caráter mais amplo, desenvolvidos em torno de objetivos comuns, dos quais participem vários educadores[...].” (p.7).

1.6 A Participação, a Autonomia, o Pluralismo e a Transparência na Autoavaliação dos Professores

Baseada em (ARAÚJO, 2009):

“Foi nesse contexto de predomínio das amarras autoritárias, que a gestão democrática surgiu no debate político educacional, a partir da década de 1980, com o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira e como bandeira de luta dos profissionais da educação, [...]” (p.254).

Como elementos constitutivos importantes na construção de um processo de gestão democrática, ainda de acordo com (ARAÚJO, 2009; p.254-258), a participação, fazendo da escola um espaço privilegiado de política pública de discussão, reflexão e deliberação; a autonomia por meio da ação direta dos sujeitos da escola, levando em consideração seus anseios e necessidades; o pluralismo como reconhecimento da existência de diferenças que sustentam, por meio do debate e do conflito de ideias, o processo democrático e a transparência como um instrumento revelador das ações e procedimentos tomados por aqueles que administram o bem público.

É importante, no que diz respeito ao elemento constitutivo da transparência, que o professor procure se autoavaliar, quanto à sua postura em sala de aula, pois, segundo (ARAÚJO, 2009):

“[...], a transparência tem de ser entendida na sua forma mais ampla possível não se limitando aos aspectos da administração de uma instituição educativa, mas também atingindo o fazer pedagógico, mesmo porque o autoritarismo tem se manifestado tanto na administração escolar como na relação pedagógica estabelecida pelo professor em sala de aula.” (p.257).

Como o objetivo da educação escolar, numa gestão democrática, deve estar voltado para a formação do cidadão crítico, criativo, participativo e autônomo, o aluno pode desenvolver melhor essa postura em um ambiente com canais para viabilizar a sua participação.

O grêmio estudantil é considerado em (ARAÚJO, 2009; p.259), como um dos canais de participação que devem ser ampliados e assegurados aos alunos, assim como, reconhecidos pela gestão escolar e pelos profissionais da educação como órgão representativo dos interesses dos alunos. Significando oportunizar espaços para que as propostas dos estudantes possam ser valorizadas e viabilizadas no cotidiano da escola.

A autoavaliação do professor deve estar voltada, também, para modificar o seu papel, diante da forma como os conselhos de classes são realizados em algumas escolas, ou seja, como está em (ARAÚJO, 2009):

“No âmbito escolar ao término de cada bimestre, são constituídos os conselhos de classes. Eles têm sido espaços privilegiados dos professores e direção julgarem os seus alunos pelo desempenho obtido nas disciplinas cursadas. Quase sempre um julgamento centrado nos resultados obtidos em provas escritas. É necessário, portanto, revermos o caráter autoritário do papel dos conselhos de classe no interior de nossas escolas, que não têm colaborado para o crescimento pedagógico e coletivo da escola.” (p.260-261).

Os canais de participação, numa perspectiva de gestão democrática, propiciam o exercício da cidadania e a autonomia dos segmentos que compõem a escola, tratando mais especificamente, dos conselhos de classes enquanto canais de participação merecem um cuidado maior na fase de planejamento.

O planejamento para a realização dos conselhos de classes pode envolver, por exemplo, a elaboração coletiva e aplicação de um questionário que permita, na fase

inicial dos conselhos de classes, uma reflexão por parte de cada membro da escola sobre a própria atuação.

Nesse processo de construção da autonomia do aluno é importante a verificação do próprio aluno se dedica uma parte do seu tempo para os estudos; se apresenta uma frequência regular, se realiza as tarefas escolares e, principalmente, a responsabilidade que ele mesmo deve ter com a própria aprendizagem. O professor pode iniciar esse processo dando o exemplo, pois, de nada adianta o aluno ouvir esse discurso, se não observa essa prática nas atitudes do professor. Baseada em (ARAÚJO, 2009):

“Dessa forma, os segmentos da escola têm de ter clareza sobre as metas contidas na proposta político-pedagógica da escola e sobre os fins que ela busca atingir. Assim, ao invés de querer arrumar culpados pelos possíveis fracassos ocorridos na escola, o conselho de classe aberto e participativo passaria a ser mais um canal importante de diálogo sobre as questões pedagógicas: avaliando os possíveis problemas que refletem em situações de fracasso escolar, a forma de avaliação usada, a relação professor-aluno, a cultura organizacional da escola, o porquê da indisciplina na escola,...” (p.261).

Ao viabilizar a prática dos canais de participação para que a gestão democrática possa ser um exercício de cidadania, não basta o respeito ao pluralismo de opiniões. Em um canal de participação como a assembleia geral, é preciso ordenar com os demais esse pluralismo de ideias para se chegar a um consenso. De acordo com (ARAÚJO, 2009):

“Os acordos coletivos, construídos por meio das assembleias gerais, podem constituir-se como instrumentos formativos, na medida em que geram a aproximação entre direção, funcionários, professores, pais e alunos na busca da resolução dos problemas escolares, assim como estimular o fortalecimento da escola como instituição social, com um núcleo de socialização e de vivência dos diferentes segmentos.” (p.262).

A autoavaliação que pode ter na prática do professor, um primeiro passo para a mudança de atitude dos demais segmentos da escola, não pode se resumir na participação para a tomada de decisões, é preciso verificar se direção, funcionários, professores, pais e alunos estão assumindo suas responsabilidades na busca pela melhoria da educação ofertada pela escola. Segundo (ARAÚJO, 2009):

“[...] Por outro lado, devemos apostar que as normas construídas democraticamente pressupõem assumir compromissos entre as partes envolvidas, responsabilidades coletivas, cobrança mútua, pactos e negociação que contemplem os diferentes sujeitos da escola.” (p.162).

Quando a escola desenvolve suas atividades de forma coerente com a gestão democrática observamos, conseqüentemente, esse reflexo nas relações estabelecidas em sala de aula, onde a autoavaliação do professor deve servir como indicação de atitudes que contribuem para a participação, no sentido de trazer benefícios para o processo de ensino e aprendizagem, a partir do momento em que ao usufruir de um ambiente favorável ao diálogo, professor e alunos estabelecem o contrato pedagógico de sala de aula. Como está em (ARAÚJO, 2009):

“Desta forma, não há como falar em gestão democrática da escola se ela não atingir as práticas pedagógicas e as relações sociais que são estabelecidas no interior da sala de aula. É aí que ganha força o contrato pedagógico firmado entre o professor e seus alunos.” (p.262).

Há, portanto, baseada em (ARAÚJO, 2009), uma valorização desse espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que é a sala de aula, ou seja:

“A sala de aula torna-se, então, em um espaço privilegiado de diálogo, de predomínio de uma ética pública e de compromissos que devem ser seguidos pelo professor e pelos alunos [...]” (p.263).

A existência de um projeto político e pedagógico, nem sempre significa que o mesmo foi elaborado de forma coerente com os princípios da gestão democrática. Com base em (ARAÚJO, 2009):

“[...] é por meio do PPP que as metas e ações vão transformar a realidade da escola, [...]” (p.263).

Fica clara, então, a necessidade de usufruir dos canais de participação de forma democrática, consciente e responsável, pois, não devemos nos limitar à fazer críticas, e tomar decisões, mas, apontar a autoavaliação como uma alternativa para a identificação de características presentes nos discursos e práticas, contraditórias, visando a democracia participativa na elaboração do PPP.

A elaboração do projeto político e pedagógico deve ser um momento de prática da gestão democrática e participativa, onde o diretor e a comunidade escolar devem trabalhar juntos e, acima de tudo, se responsabilizando pela realização das propostas elaboradas coletivamente.

1.7 A Autoavaliação no Projeto Político Pedagógico Carlos Mota

De acordo com o PPP Carlos Mota:

“[...] são considerados profissionais da educação todos os servidores envolvidos direta ou indiretamente nos processos educativos e de gestão da escola. [...]” (p.27).

Essa visão de profissional da educação desfaz a tendência de considerar somente o professor como profissional da educação e, ao mesmo tempo, faz com que todos se sintam responsáveis pela melhoria na qualidade da educação ofertada pela escola.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota:

“As relações estabelecidas entre os profissionais da educação e a comunidade, os estudantes e seus pares são determinantes para atingir os objetivos expressos no Projeto Político-Pedagógico da escola. Para tanto, é necessário repensar sempre a prática, que deve ser pautada por estudos continuados e pela autoavaliação, compreendendo a incompletude essencial que os constitui como seres humanos percebendo-se como sujeitos transformadores, críticos, criativos e éticos.”. (p.27).

Dessa maneira, a autoavaliação permite a cada membro da comunidade escolar, refletir sobre suas ações anteriores para planejar as próximas ações, fiscalizar e cumprir o seu compromisso, construído coletivamente, durante a elaboração do projeto político e pedagógico da escola, para que os objetivos sejam alcançados.

Como está no Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota:

“O desafio está em proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento do senso de pertencimento ao meio educacional, de modo que todos os profissionais da educação sintam-se igualmente competentes e comprometidos com as aprendizagens dos estudantes, motivados e valorizados socialmente.” (p.28).

1.8 Uma Autoavaliação dos Professores Frente à Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Ao participar dessa Especialização em Gestão Escolar, ressalto como objetivo para a construção da monografia, contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Segundo (VEIGA, 2007):

“O projeto político-pedagógico tem sido objeto de estudos para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal, em busca da melhoria da qualidade do ensino.” (p.11).

Acredito que esse processo, que contribui para a melhoria da qualidade do ensino, deve partir de uma autoavaliação do professor frente à elaboração do projeto político e pedagógico. Como está em (VASCONCELLOS, 2006):

“[...] Nosso desejo é que a escola cumpra um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno possa desabrochar, crescer como pessoa e como cidadão, e onde o professor tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, re-significá-la e buscar novas alternativas. Para isto, entendemos que o planejamento é um excelente caminho.” (p.14)

Para construir o foco dessa pesquisa optei por abordar a falta de participação, do segmento dos professores, na elaboração do projeto político e pedagógico. Baseada em (SILVA, 2009):

“A construção da gestão democrática da educação exige que aprofundemos, cada vez mais, nossas reflexões e nossos fundamentos sobre a participação, seus significados, suas dimensões e suas características. [...]” (p.1).

Como a gestão democrática caracteriza-se pela participação. Para (SILVA, 2009):

“A não participação ocorrida na maioria das escolas também deve ser analisada. [...]”(p.6).

Nenhum segmento que compõe a comunidade escolar pode fazer tudo sozinho. De acordo com (SILVA, 2009):

“[...] Mesmo que encontremos dificuldades e diversidades, a participação ainda é o meio mais democrático para uma educação responsável. [...]” (p.7).

Uma prática que pode motivar a participação é a avaliação e, diante das experiências envolvendo avaliação e autoavaliação, segundo (BELLONI,2003), a experiência do programa de avaliação institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) apresenta como uma de suas indicações preliminares que:

“[...] foi um acerto a proposição dos princípios metodológicos básicos, como a combinação de auto-avaliação e avaliação externa, [...]” (p.10).

Porém, assim como os professores podem encontrar falhas na estrutura da escola, na equipe de coordenação/supervisão e no sistema de ensino para a elaboração do projeto político e pedagógico, segundo (VASCONCELLOS, 2006):

“Todavia, se formos ouvir os dirigentes ou as equipes de serviços, encontramos um outro conjunto de hipóteses explicativas dessa desvalorização do planejamento, só que agora relacionadas ao professor: Acomodado, desatualizado, fossilizado, cético, despreparado, sai da faculdade sem preparação adequada, falta fundamentação teórica, imaturo, inseguro, desanimado, resistente à mudança, não quer inovar postura tradicional, não quer se comprometer, engajamento é pequeno, falta desejo de aprender, falta motivação (acredita que ‘não dá em nada’), omissivo, não transparente, não organizado, não sabe lidar com os limites, professores

preocupados demais com o conteúdo e pouco com a aprendizagem dos alunos, apego ao livro didático, individualismo excessivo, resistência para pensar junto, falta auto-estima, etc.” (p.21)

Sobre a possibilidade de viabilizar uma autoavaliação adequada, como está em (SOUSA, 2009), a autora levanta a indagação:

“Em quais condições os atores têm, ao mesmo tempo, razões e meios de se interessar lucidamente e sem complacência sobre sua própria eficácia?” (p, 5).

E, sugere:

[...] a condição das unidades escolares assumirem, com transparência e responsabilidade, sua auto-avaliação. [...]” (p.6).

Portanto, cada membro, que compõe os segmentos da escola, acaba desenvolvendo habilidades como planejar, repensar e refletir sobre suas ações, como está em (VIEIRA, 2004):

“O processo de construção coletiva desse projeto pode levar os atores escolares a se reconhecerem como agentes dotados da capacidade de pensar, fazer e avaliar o trabalho que produzem.” (p.191)

Por isso, entendo como uma prática pedagógica mais adequada autoavaliar a minha postura profissional enquanto professora e, estimular a autoavaliação dos meus colegas, que também são professores, do que desenvolver essa pesquisa partindo de uma crítica aos outros segmentos da comunidade escolar.

Nós, professores, temos um contato mais direto com os alunos do que os outros membros da comunidade escolar, influenciando diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com (VASCONCELLOS, 2006):

[...]. Por ser o articulador, o coordenador do trabalho em sala de aula e por ser a extremidade dessa intrincada rede de relações que é o sistema educacional, corre-se o risco de atribuir ao professor toda a responsabilidade do fracasso escolar, [...]” (p.25).

Esse debate sobre a avaliação, com o seu aprofundamento vinculado à elaboração do projeto político e pedagógico, está votado para o processo de ação/reflexão/ação que estou defendendo, pois, segundo (VEIGA, 2007):

[...]. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se compreender criticamente a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.” (p.32).

E a autocrítica está coerente com a prática da autoavaliação. Porém, baseada em (VASCONCELLOS, 2006):

“[...] há uma falta de clareza do professor com relação ao seu trabalho, sendo esta a responsável, em parte pela sua não atuação mais efetiva na mudança da realidade educacional. [...]” (p.24)

Considerando essa realidade, é fundamental que a autoavaliação do professor seja um processo de reflexão sobre suas ações, visando um aprimoramento para as suas ações futuras, já que, em (VASCONCELLOS, 2006):

“[...] um trabalho mais consciente, crítico, criativo, significativo, implica que o professor deva se rever, [...]” (p.27)

A existência de um projeto político e pedagógico não significa, necessariamente, que o mesmo foi elaborado de forma ideal, ou seja, a participação dos professores pode concentrar-se em projetos específicos que compõem o projeto político e pedagógico, porém, também pode faltar um processo de reflexão sobre a participação na construção coletiva das ações, por parte da comunidade escolar, visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na escola. Como está em (VASCONCELLOS, 2006):

“O fator decisivo para a significação do planejamento é a percepção por parte do sujeito da necessidade de mudança. [...]” (p.36).

A avaliação permite a percepção por parte do sujeito da necessidade de mudança, especialmente, ao refletir sobre suas ações, tendo o papel principal destinado à autoavaliação.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1 Autoavaliação dos Professores

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa é a da autoavaliação. Segundo (VILLAS BOAS, 2008):

“[...] Parece-me que todas as mazelas da avaliação que tinham o aluno como alvo agora se direcionam ao professor, Nesse sentido não avançamos, mas retrocedemos.” (p.10).

Como está em (LIMA, 2011) que: “A autoavaliação como parte do processo de avaliação formativa é pouco explorada. [...]” (p.61), a autoavaliação será abordada de forma qualitativa e quantitativa para a obtenção de dados descritivos, mediante o contato direto e interativo com a realidade vivenciada pelos professores, quanto ao processo de construção do projeto político pedagógico, na escola. De acordo com (GALINA, 2008):

“[...] A questão de saber o quê avaliar, o quê priorizar, como avaliar e quando avaliar sempre foi intrigante, despertando opiniões divergentes.” (p.17).

Portanto, o procedimento metodológico para a coleta de dados é a autoavaliação a partir da aplicação de um questionário, durante a realização de uma coordenação pedagógica, relacionando a participação do segmento dos professores na elaboração do projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará. Considerando que, segundo (LIMA, 2011):

“[...] Pode ser que com o passar do tempo, ou ao mesmo tempo, a autoavaliação ajude a modificar o olhar e o agir daquele que agora se autoavalia. [...]” (p.60).

O planejamento para a autoavaliação dos professores é composto pela aplicação do questionário e a identificação de dados com o objetivo de que a autoavaliação do segmento dos professores seja um primeiro passo para que os demais segmentos, que compõem a comunidade escolar, participem da construção do seu projeto político pedagógico, visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Como está em (GALINA, 2008):

“[...] despertar no professor a consciência de que é necessário, realizar a auto-avaliação contínua de seu próprio trabalho, com base na qual ele deve replanejar suas atividades e métodos, criando condições para um aprendizado mais eficiente por parte do aluno.” (p.17).

E, de acordo com (LIMA, 2011):

“[...] Os bons processos de autoavaliação são construídos de maneira participativa e devem ser elaborados com vistas a objetivos bem definidos. Ao solicitar que pensemos sobre nossas rotinas, nossas ações e omissões, nossas potencialidades e fragilidades dentro de um contexto, estamos iniciando um processo de autoavaliação. [...]” (p.60).

Por isso, as questões utilizadas para propiciar a autoavaliação dos professores envolvem aspectos como o reconhecimento ou não, de sua participação na construção do projeto político pedagógico; a apresentação de iniciativa para a elaboração do projeto político pedagógico como característica da postura do professor; a identificação do(s) motivo(s) que dificulta(m) a participação dos professores na construção coletiva do projeto político pedagógico; a necessidade da reflexão contínua sobre sua atuação profissional; a busca pelo acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola; a sua atualização quanto ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação. Como está em (LIMA, 2011):

“A autoavaliação na escola pode amenizar a difícil tarefa do sentimento de injustiça ou desigualdade que toma avaliadores e avaliados, uma vez que recai sobre quem avalia toda a responsabilidade do processo. [...]” (p.63).

As questões utilizadas para propiciar a autoavaliação dos professores envolvem, também, a contribuição para que todos os segmentos participem da elaboração e avaliação do projeto político pedagógico e, baseada em (VILLAS BOAS, 2008):

“Avaliar é preciso. Mas de forma que contribua com a melhoria do trabalho escolar.”. (p.10).

Podemos concluir que os objetivos devem estar voltados para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela escola, em um processo contínuo de ação/reflexão/ação. Com base em (LIMA, 2011):

“[...] No processo de autoavaliação, o sujeito é ao mesmo tempo seu ponto de partida e de chegada; do contrário, não seria autoavaliação.” (p.63).

No entanto, devemos estar atentos às práticas individualistas na escola, pois, segundo (LIMA, 2011):

“Práticas isoladas e desconexas do projeto político-pedagógico ou do coletivo da escola, tendem a ser esquecidas ou mesmo cair no esquecimento ou desânimo das labutas diárias que assolam a rotina escolar. É, portanto, nesse item que acredito que a presença de um diretor com outro olhar sobre a escola e sobre a avaliação poderá fazer tais articulações e, com isso, a diferença.” (p.64).

É preciso, então, estabelecer um equilíbrio entre a dimensão individual do sujeito e o trabalho coletivo, fundamental para a prática da gestão escolar democrática.

2.2 Contexto Histórico do GG

De acordo com a Proposta Pedagógica do Centro Educacional 02 do Guará, elaborada no ano letivo de 2009:

“O Centro Educacional 02 do Guará, localizado na QE 07, conj. M, Área Especial, Guará-DF, foi criado pelo Decreto nº 1306 do Governo do Distrito Federal com a denominação de ‘Ginásio do Guará’. O prédio da escola foi construído em 1969 para atender a população da cidade em suas demandas pelo curso ginasial e secundário e foi inaugurado em 1970, passando desde então, a ser conhecido como ‘GG’.

A resolução nº 95-CD de 21 de outubro de 1977 e Decreto nº 3547 de 03 de janeiro de 1977 transformaram o Ginásio do Guará em Centro Educacional 02 do Guará.

Estrategicamente situada próximo a bancos, hospital, Corpo de Bombeiros, supermercados, cartório, agência de correios, postos de combustíveis, igrejas, etc., a escola é de fácil acesso à população.” (p.3).

O Centro Educacional 02 do Guará atende, no turno matutino, turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio Regular, no turno vespertino, 1º ano do Ensino Médio Regular e no noturno, de acordo com o regime da semestralidade, são atendidas turmas de 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio.

Além de receber alunos, em sua maioria residente no Guará e na Estrutural, o Centro Educacional 02 do Guará atende alunos de várias cidades do Distrito Federal, muitas vezes, por opção dos próprios alunos e suas respectivas famílias.

Complementando um pouco mais as informações sobre a realidade da comunidade escolar do Centro Educacional 02 do Guará, o atendimento referente aos alunos residentes na Estrutural ocorre devido à inexistência, nessa cidade, de uma escola de Ensino Médio Regular no diurno. Portanto, devido à proximidade de suas residências o Centro Educacional 02 do Guará atende alunos tanto do Guará, como da Estrutural.

Como está na Proposta Pedagógica do Centro Educacional 02 do Guará, elaborada no ano letivo de 2009, a escola possui quanto aos aspectos físicos:

“01 Secretaria; 01 sala de Vice Direção e Supervisão Pedagógica; 01 Sala de Direção; 01 Banheiro da Sala da Direção; 01 Sala de Professores; 01

Mecanografia; 01 Sala de Supervisão Administrativa; 01 Sala de Coordenação Pedagógica; 01 Banheiro de Professores (Feminino); 01 Banheiro de Professores (Masculino); 01 Sala do Serviço de Orientação Educacional e de Recursos; 01 Sala de Leitura; 01 Depósito da sala de leitura; 18 Salas de Aula; 01 Depósito de Informática; 01 WC Feminino; 01 WC Masculino; 01 Laboratório de Informática do Núcleo de Tecnologia Educacional; 01 Laboratório de Informática; 01 Laboratório de Biologia; 01 Laboratório de Física e Química; 01 Sala dos Servidores; 01 Depósito de Material de Limpeza; 01 WC da Educação Física; 01 Sala de Educação Física; 01 Depósito de Educação Física; 01 Cozinha; 01 Depósito da Cozinha; 01 Cantina Comercial; 01 Depósito de Gás; 01 WC Masculino (Alunos); 01 WC Feminino (Alunas); 01 Vestiário da Piscina Feminino; 01 Vestiário da Piscina Masculino; 01 Piscina; 01 Quadra de Basquete e Voleibol; 01 Quadra de Futebol de Salão e Handebol; 01 Quadra coberta do Centro de Iniciação Desportiva (Capoeira); 01 Pista de Atletismo; 01 Guarita e 01 Depósito para materiais diversos.” (p.32-34).

O Centro Educacional 02 do Guará conta com equipamentos como um duplicador, impressoras, DVD's, CD player, data show e sistema de som, que seguem um cronograma de reserva para a sua utilização, tanto nas atividades pedagógicas coletivas, como nas atividades específicas de cada componente curricular.

Os projetos desenvolvidos pelo Centro Educacional 02 do Guará são:

- **Gincana Cultural e Esportiva** envolvendo todos os componentes curriculares, tanto em sua avaliação, quanto na participação das atividades compostas por tarefas culturais, esportivas, sociais e de raciocínio lógico;
- **Exposição Científica e Sociocultural**, um projeto que deixou de contemplar apenas conteúdos específicos das disciplinas de Biologia, Física e Química, caracterizando-se pela exposição de projetos e apresentações culturais, abordando conteúdos pertencentes à todos os componentes curriculares;
- **Noite Literária** realizada no noturno, conta com a participação de todos os componentes curriculares, destacando-se, ao final do ano, durante as apresentações de dramatizações teatrais;
- **Dia da Consciência Negra** ressalta a prática da interdisciplinaridade, tendo o seu momento de destaque, no dia 20 de novembro, com as apresentações culturais e projetos compostos, tanto pelos conteúdos previstos para serem estudados em cada série, como pelo estudo das contribuições para a formação cultural e histórica do Brasil;

- **Sarau Cultural** acontece no 4º Bimestre do ano letivo, ressaltando as apresentações caracterizadas pelo conteúdo das obras estudadas em cada série, na disciplina de Língua Portuguesa e apreciadas pela comunidade escolar.

2.3 Reflexões Sobre a Autoavaliação

No período de 25 de março a 27 de abril de 2014, foi realizada a etapa de coleta de dados, com a aplicação de um questionário para oitenta e um professores, o que corresponde a 77%, de um total de cento e cinco professores, do Centro Educacional 02 do Guará. A análise dos dados coletados possibilitou a obtenção dos seguintes resultados:

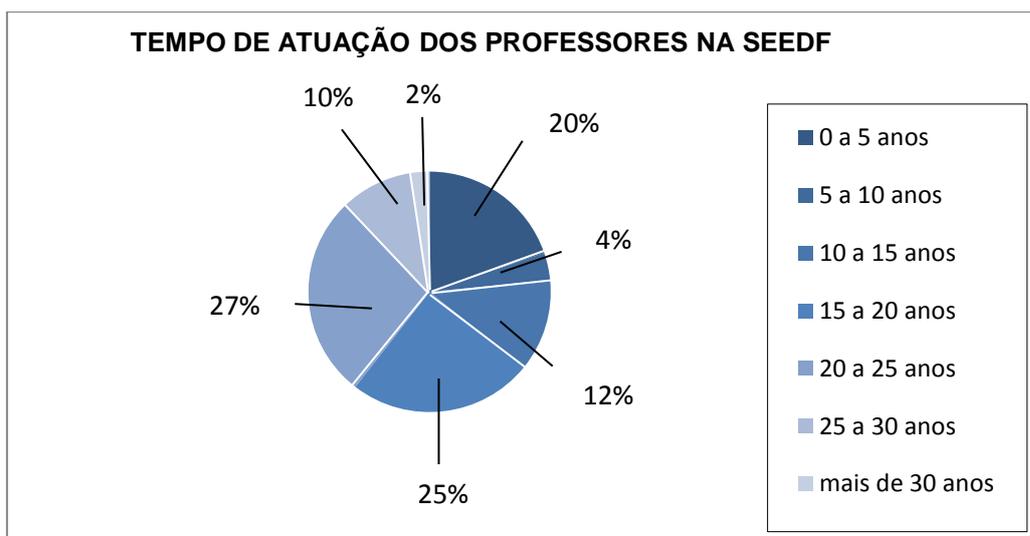


Gráfico 1 – Tempo de atuação dos professores, do Centro Educacional 02 do Guará, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Os dados, referentes ao Gráfico 1, aliados aos dados do Gráfico 2, onde podemos observar que 27% dos professores, do Centro Educacional 02 do Guará, tem entre vinte e vinte e cinco anos de atuação na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, nos permitem avaliar o seu conhecimento sobre a função do projeto político pedagógico, quando ele deve ser elaborado, quem é responsável pela sua elaboração e, conseqüentemente, conhecer características presentes na realidade da escola.



Gráfico 2 – Tempo de exercício dos professores no Centro Educacional 02 do Guará.

A observação dos dados, pertencentes ao Gráfico 2, onde a maioria dos professores possui entre zero e cinco anos de exercício na escola atual, propicia uma análise da participação dos professores desta escola, na construção do seu projeto político pedagógico.

Quando questionados, na questão de nº 3, se sabem qual é a função do projeto político pedagógico na escola, sete professores responderam que não sabem, um não respondeu e os setenta e três, que apresentaram respostas afirmativas, definiram a função do projeto político pedagógico como:

“Definir, nortear, detalhar, embasar, planejar, avaliar, reavaliar, facilitar e respaldar metas, metodologia, propostas de ação, prioridades, fundamentos teóricos, caminhos filosóficos, pedagógicos, administrativos e políticos, a escola que temos, valores, horários, normas, necessidades, perfil e conduta da equipe gestora e comunidade escolar, visando minimizar e extinguir problemas de ordem administrativa e pedagógica; o acesso ao mercado de trabalho e inclusão do aluno; formar o cidadão; melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, a maior participação da comunidade e a escola que queremos.”

Podemos interpretar que a maioria dos professores apresenta conhecimentos sobre a função do projeto político pedagógico na escola, que estão de acordo com o conteúdo do inciso I, do Capítulo I, do Art.2º da Lei Nº 4.751/2012, porém, há uma distância entre as suas respostas e a sua prática.

De acordo com as respostas para a questão de nº 4, representada na tabela 1, existe a consciência, por parte da maioria dos professores, de que a responsabilidade de elaboração do projeto político pedagógico é de toda a comunidade escolar.

Tabela 1 – Identificação de quem é a responsabilidade de elaboração do projeto político pedagógico, na opinião dos professores do Centro Educacional 02 do Guará.

De toda a comunidade escolar	69	85%
A responsabilidade de pensar é de todos, mas, a parte manuscrita é da direção	2	2%
Da direção com os professores	2	2%
De todos os segmentos, coordenados pela equipe gestora	1	1%
De todos, inclusive da comunidade externa com iniciativa da equipe gestora	1	1%
Dos representantes de um ou mais setores eleitos, para ficar a frente na condução e orientação dos trabalhos	1	1%
Da direção, professores, pais e responsáveis pelos alunos	1	1%
Diretor, vice, coordenadores e professores	1	1%
Do diretor	1	1%
Secretaria de Educação – Regional de Ensino	1	1%
Secretaria de Educação	1	1%

Tabela 2 – Momento mais adequado para a elaboração do projeto político pedagógico, segundo os professores do Centro Educacional 02 do Guará.

No início do ano letivo	24	30%
No final de cada ano, para por em prática nos anos posteriores	17	21%
Sempre que houver necessidade ou mudança de gestores	17	21%
Ao longo do ano letivo	5	6%
Não responderam	4	5%
Já deveria estar pronto e ser modificado ao longo de cada ano letivo	3	4%
Impreterivelmente no 1º Bimestre	2	2%
Pode-se determinar um período, mas, a avaliação deve ocorrer durante todo o ano letivo	2	2%
Na semana pedagógica	1	1%
Entre o final e o início do próximo ano letivo	1	1%
Deve ser elaborado de 3 em 3 anos, porém, revisado anualmente	1	1%
Quando a escola for inaugurada	1	1%
O mais rápido possível	1	1%
Deve ser plurianual/quinquenal	1	1%
Em períodos regulares	1	1%

Quanto à questão de nº 5, as alternativas que correspondem às respostas da maioria dos professores, presentes na Tabela 2, demonstram que há a predominância da visão de que deve existir um documento inicial, elaborado no final do ano letivo, visando a sua aplicação nos anos posteriores ou elaborado no início do ano letivo, mas, predomina também, a necessidade de revisão e/ou avaliação para a sua adaptação às mudanças, o que está de acordo com as respostas dadas pelos professores quanto à função do PPP onde, tanto o planejamento, quanto a avaliação das ações desenvolvidas estão presentes.

Acerca da questão de nº 6, sobre qual é a função da carreira assistência na elaboração do projeto político pedagógico, treze professores responderam que não sabem, sete não responderam e sessenta e um responderam:

“Tem a mesma função que os professores e os demais segmentos no sentido de dar a sua opinião; contribuir com a sua experiência para a melhoria da educação e condições de trabalho, disponibilizando recursos, organizando e conduzindo questões administrativas da escola que dependem do seu trabalho; quantificar e qualificar dados estatísticos, traçando o número de alunos, turmas, matrículas, características e problemas da escola; elaborar projetos pedagógicos voltados para a paz, prevenção as drogas e melhoria da convivência entre alunos; ser partícipe, gestor, coordenador, aplicador e zelador das atividades propostas no projeto político pedagógico; direcionar e elaborar momentos de reflexão.”

A diversidade de respostas, pertencentes à questão de nº 6, demonstra as várias interpretações que os professores possuem sobre a função da carreira assistência na elaboração do projeto político pedagógico, porém, também evidencia o desconhecimento de alguns e a importância que a maioria dos professores dá à sua contribuição para o processo de construção coletiva do projeto político pedagógico. Pela incidência de respostas, não poderíamos afirmar que os professores acreditam que as atividades de menor importância na escola devem ser realizadas pela carreira assistência ou que há uma “hierarquização” da importância das atividades realizadas na escola, mas sim, que há contribuições diferentes e específicas, de acordo com o conhecimento da realidade que cada segmento possui, porém, a importância das participações é a mesma e uma participação complementa a outra, considerando que baseada em (SOUZA, 2009) a democracia:

“[...] é também uma ação educativa, no sentido da conformação de práticas coletivas na educação política dos sujeitos. [...]” (p.126).

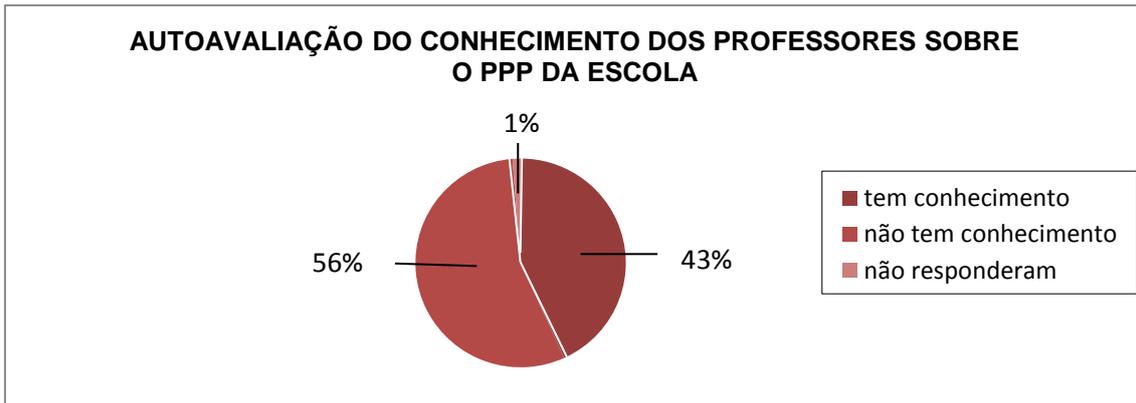


Gráfico 3 – Autoavaliação do conhecimento dos professores, do Centro Educacional 02 do Guará, sobre o projeto político pedagógico da escola.



Gráfico 4 – Identificação da participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará.

Quanto às respostas para as questões de nº 7 e 8, retratadas nos Gráficos 3 e 4, a falta de conhecimento do projeto político pedagógico, assinalada por 56% e a falta de participação de 74% dos professores, na elaboração do projeto político pedagógico, são dados que propiciam um direcionamento para o trabalho da equipe gestora, no sentido de buscar uma maior divulgação e participação deste segmento, para que este processo seja de construção coletiva e democrática, já que podemos inferir que a maioria dos professores possuem apenas conhecimentos teóricos a respeito do PPP e que, na prática, não participam da elaboração e implementação deste instrumento, o que retrata uma postura de acomodação. E, a participação dos professores está condicionada a um ambiente favorável e pode buscar inspiração, por exemplo, no método Paulo Freire que, como está no (ALMANAQUE ABRIL, 2010; p.217) é baseado na conscientização, participação e superação de situações de opressão social, tendo como base os trabalhos e discussões em grupo.

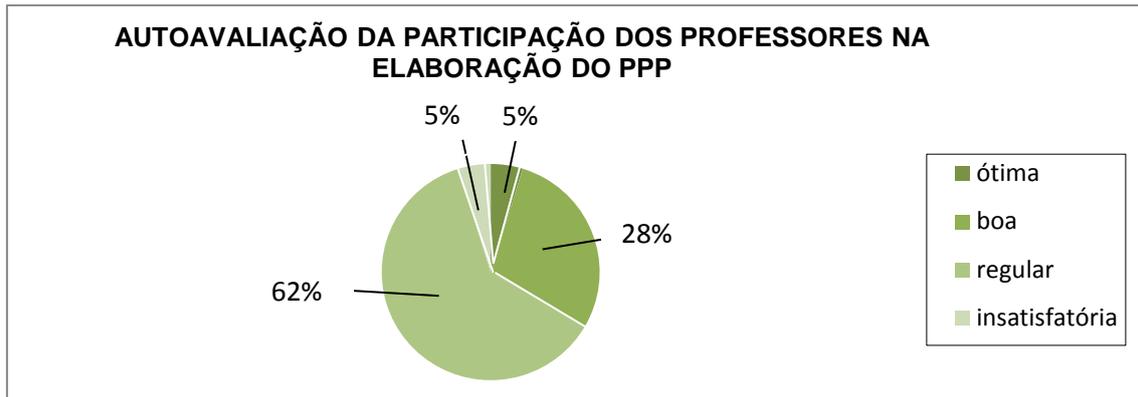


Gráfico 5 – Autoavaliação da participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico no Centro Educacional 02 do Guará.

É preciso, também, melhorar a participação dos professores, pois, na questão de nº 9, representada no Gráfico 5, a maioria autoavaliou a sua participação como regular. É fundamental destacar que os 95% dos entrevistados que autoavaliaram a sua participação de ótima a regular, correspondem às respostas de apenas vinte e um professores, pois, os que assinalaram que não participaram, não responderam a questão de nº 9, representada no Gráfico 5.

Quando foi solicitado aos professores, na questão de nº 10, que indicassem qual foi o seu papel na elaboração do projeto político pedagógico, na participação avaliada como ótima, a resposta foi:

“Eu tive iniciativa e acreditei que seria possível.”

Nas participações avaliadas como boas, os papéis foram:

“Elaborar um projeto de incentivo à leitura (o Projeto Leitor Nota 10); melhorar ideias, fomentar discussões e propor alternativas pedagógicas; apresentar um projeto cultural; propor e sugerir projetos interventivos para melhorar o rendimento escolar; dar sugestões para a elaboração e implantação o PPP; recolher informações e solicitações dos segmentos e, também, sugerir propostas.”

Os papéis das participações avaliadas como regulares, caracterizam-se por:

“Pouca participação; uma participação meramente opinativa; apresentar sugestões, dificuldades, participar de reuniões por área de conhecimento e séries, visando aprimorar o projeto; responder questionário e apresentar projetos; revisar o texto sobre o Ensino Noturno; contribuir com sugestões e alternativas para o bom andamento da escola; preencher um questionário; discutir com os professores sobre partes do projeto; participação mínima, relacionada à presença, pouco colaborando com ideias; avaliar o que funcionava bem ou não e propor ações a fim de criar uma identidade para a escola; ajudar a organizar os temas a serem desenvolvidos na exposição científico-cultural, no dia nacional da consciência negra e trazer grupos

musicais na escola; sugerir e debater; elaborar uma parte de um dos projetos realizados na escola já há alguns anos.”

O papel da participação avaliada como insatisfatória foi:

“responder um questionário.”

As respostas apresentadas pelos professores, na parte subjetiva da questão de nº 10 como, por exemplo, participar de reuniões e responder questionários indicam, na realidade, uma participação que deveria ser avaliada como uma participação insatisfatória, pois, segundo os PCN's:

“A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada [...]” (p.42).

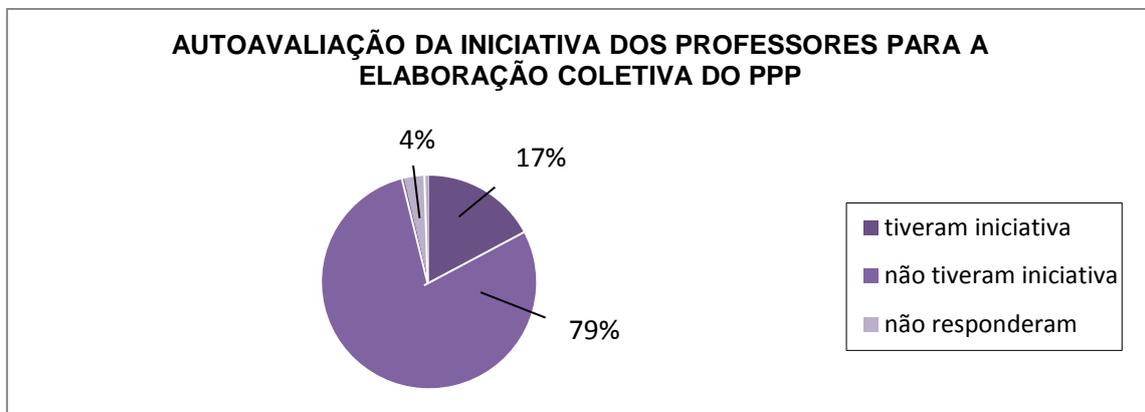


Gráfico 6 – Autoavaliação da iniciativa dos professores para a elaboração coletiva do projeto político pedagógico no Centro Educacional 02 do Guará.

Os resultados da questão de nº 11, representados no Gráfico 6, demonstram a necessidade de que cada segmento que compõe a comunidade escolar assuma a sua parcela de responsabilidade no processo democrático, já que a maioria, representada por 79% dos professores afirmou não ter iniciativa para a construção coletiva do projeto político pedagógico e, se têm conhecimento da Proposta do PPP e sabem da sua importância, por que não ter iniciativa?

Provavelmente e como está em (NOVAIS, 2004):

“[...]. Nós, professores brasileiros, assim como quaisquer professores, não desenvolvemos a capacidade de analisar nosso trabalho como parte de um processo escolar mais amplo, [...]” (p.4).

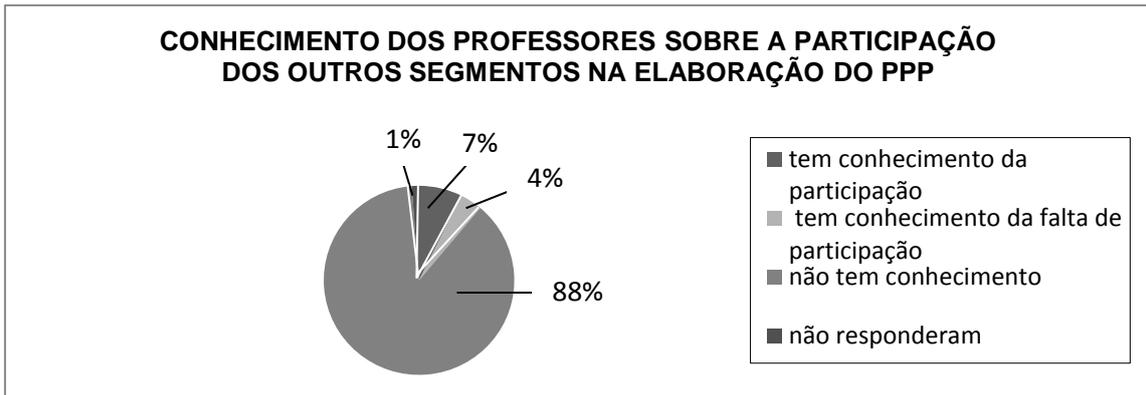


Gráfico 7 – Autoavaliação do conhecimento dos professores sobre a participação dos outros segmentos, na elaboração do projeto político pedagógico, no Centro Educacional 02 do Guará.

Considerando que o processo de gestão democrática deve caracterizar-se pela participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e, se 88% dos professores afirma, nas respostas da questão de nº 12, representadas no Gráfico 7, não ter conhecimento se há participação dos outros segmentos na elaboração do projeto político pedagógico, podemos concluir que, se os outros segmentos participam, essa participação não acontece de forma coerente com os princípios básicos da gestão democrática, devido ao desconhecimento por parte do segmento dos professores e a sua participação sem a presença dos outros segmentos.

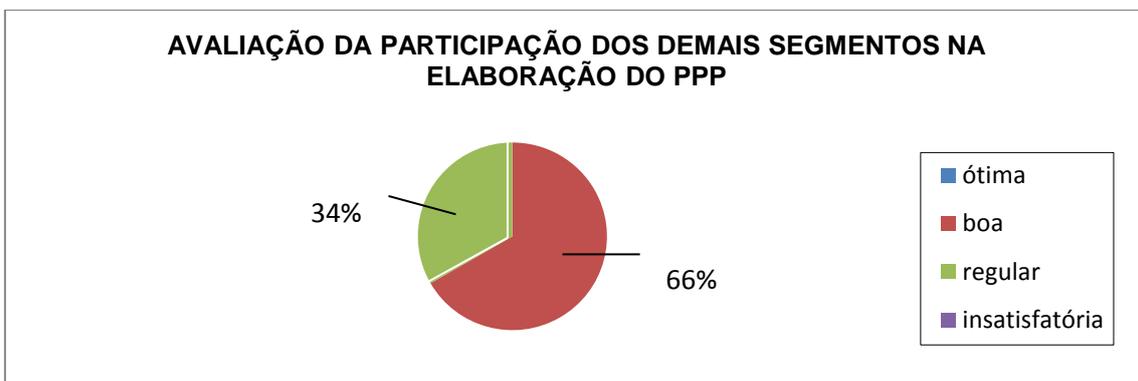


Gráfico 8 – Refere-se à avaliação, realizada pelos professores, sobre a participação dos demais segmentos que compõem a comunidade escolar, na elaboração do projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará.

Acerca da interpretação da questão de nº 13, representada no Gráfico 8, mesmo 66% dos professores avaliando essa participação como boa, é fundamental observar que esse dado refere-se às respostas de apenas seis professores, pois, essas respostas complementam as respostas da questão anterior. Provavelmente, a interpretação dos entrevistados é que só o fato de participar já impede uma

avaliação insatisfatória, principalmente, se associarmos essa avaliação ao aspecto quantitativo e não qualitativo.

Os professores, na questão de nº 14, atribuíram a falta de participação dos outros segmentos, na elaboração do projeto político pedagógico, aos seguintes fatores:

“Burocracia; comodismo; demora em se eleger o conselho escolar; a terceirização de alguns segmentos; pensar que a escola pública é a dos outros; a centralização de poder; preguiça.”

De acordo com as respostas de alguns professores, outros fatores que contribuem para a falta de participação dos outros segmentos na elaboração do projeto político pedagógico, são a falta de:

“Atuação do governo; comunicação; articulação entre direção e comunidade escolar; consciência política e pedagógica da real importância de todos; iniciativa da direção; informação; conhecimento; compromisso com a coisa pública; tempo; uma proposta coordenada; cultura de se construir projetos de forma democrática; divulgação dos PPP's já elaborados: prioridade; organização; interesse; continuidade, muitas vezes o PPP é elaborado e engavetado; um espaço físico para reunir todos os segmentos; sensibilização e motivação da comunidade.”

Essas características, que acabei de relatar, coincidem com o que diz (VASCONCELLOS, 2006; p.21), sobre as hipóteses explicativas para a desvalorização do planejamento.

As sugestões apresentadas pelos professores, na questão de nº 15, para viabilizar e/ou melhorar a sua participação na construção coletiva do projeto político pedagógico na escola são:

“Apresentar a importância e os benefícios da elaboração do PPP para a escola de maneira dinâmica, participativa e cativante como, por exemplo, com palestras, desenvolvendo um sentimento de coletividade, ler documentos sobre o PPP; a promoção de cursos, inclusive na área de informática; contratação de psicopedagogos para uma melhor orientação de alunos e professores; lembrar os professores que a construção do PPP faz parte de sua função; usar vídeos para mostrar resultados positivos obtidos através da participação dos professores e de outras instituições de ensino; ouvir e saber se colocar no lugar do próximo; melhorar as relações humanas; ter mais liberdade para dizer, questionar, discordar, contestar e fazer; realizar reuniões com os três turnos, mensais ou quinzenais, a partir da semana pedagógica e da primeira coordenação, para o debate e a colocação de ideias e projetos que atendem as necessidades de professores e alunos para o bom andamento do ano letivo, realizar três momentos distintos, mas interdependentes, entre equipe gestora, corpo docente e discente para traçar o diagnóstico, explicitar a realidade e tomar decisões.”

E, há outras sugestões mais voltadas para a viabilização destas ações, como:

“Observação; aplicação de questionários ou caixa com sugestões escritas; realização de debates; aproveitar os recursos tecnológicos como uma plataforma tecnológica interativa; enumerar informações com cada segmento, em seguida unir propostas para verificar unidade e discordâncias; planejar, identificar recursos e distribuir tarefas; estabelecer prazos; cumprir metas definidas e apresentar resultados.”

Os professores citaram, nas respostas para a questão de nº 16, as seguintes características, para que a sua postura seja coerente com a prática da gestão escolar democrática:

“Responsável; comprometido; participativo; questionador; executor; acolhedor; proativo; dinâmico; coerente; assíduo; pontual; empolgado; dedicado; flexível; respeitoso; ético; paciente; competente; profissional; tolerante; interessado; solidário; criativo; colaborador; organizado; disciplinado; curioso e democrático.”

E, além das características, os professores também citaram as seguintes atitudes como coerentes com a prática da gestão escolar democrática:

“Saber dar sua opinião na hora certa, sem criar um clima desconfortável, nas reuniões; diminuir a visão de que os professores são os principais atores da escola; se parar com a visão de que só quero dar a minha aula e ir embora; ter espírito de grupo; ser mediador de conhecimento; permitir maior flexibilidade de conteúdo refletir sobre a prática pedagógica e escolha do material didático; ser exemplo para a formação do aluno como cidadão; evitar a ‘doutrinação’ Marxista nos discentes; conscientizar os alunos da necessidade da participação na gestão escolar democrática; ouvir o outro; estar aberto a mudanças; aprender a lidar com regras; trabalhar de forma interdisciplinar; apresentar projetos com temas transversais; buscar, constantemente, aperfeiçoamento de conteúdo e tecnológico; ter consciência das questões sociais, políticas, econômicas e das necessidades primordiais da escola; aceitar sua profissão, dando a ela a importância que tem em mudar a sociedade; ter conhecimento de suas obrigações e direitos; participar votando no processo eleitoral; participar do conselho escolar; sugerir a destinação dos gastos; acompanhar a prestação de contas; buscar alternativas para a falta de recursos e ser cobrador de promessas e propostas.”

Considerando que, segundo (ARAÚJO, 2009):

“[...], devemos apostar que as normas construídas democraticamente pressupõem assumir compromissos entre as partes envolvidas, responsabilidades coletivas, cobrança mútua, pactos e negociação que contemplem os diferentes sujeitos da escola.” (p.162).

Podemos concluir que as respostas das questões de nº 14, 15 e 16 apontam, respectivamente, os fatores que, segundo os professores, contribuem para a falta de participação dos demais segmentos, o que se pode fazer no sentido de viabilizar e/ou melhorar a participação dos professores para a construção coletiva do projeto

político pedagógico e qual é a postura que os professores devem assumir para que a gestão escolar seja, de fato, democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação problema, que gerou a necessidade de realização desta pesquisa, foi resultado da observação da realidade vivenciada por mim, como professora da SEEDF e constituiu-se pela busca de respostas para a seguinte pergunta:

Como motivar a participação dos professores do Centro Educacional 02 do Guará na elaboração do seu projeto político pedagógico?

A falta tanto de participação, quanto de motivação dos professores colocadas, inicialmente como hipóteses, foram comprovadas após a análise do resultado da coleta de dados, pois, 74% dos professores afirmaram não participar e 79% responderam não ter iniciativa para a elaboração do PPP na escola, o que também contribuiu para a constatação da hipótese de que os professores não estimulam a participação dos outros segmentos que compõem a comunidade escolar, considerando que 88% dos professores afirmaram não ter conhecimento se os outros segmentos, da comunidade escolar, participam da elaboração do PPP na escola. Essa realidade ressalta a importância da realização desta pesquisa, pois, baseada no Art. 205, da Seção 1, do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, da Constituição Federal de 1988:

“Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (p.57).

Também podemos identificar a comprovação acerca da hipótese de que a autoavaliação contribui para a percepção, por parte dos professores, da necessidade de mudança de sua postura frente à elaboração do PPP, pois, além de reconhecer a falta de participação, motivação e conhecimento sobre a elaboração do PPP, as respostas dadas por alguns professores também indicam a necessidade de melhorar as poucas participações e os fatores que atribuem a não participação dos demais segmentos nesta elaboração que, aliados às sugestões para viabilizar a sua participação na construção coletiva do PPP e a apresentação de características que o professor deve ter numa postura coerente com a prática da gestão escolar democrática, propiciaram o alcance dos objetivos para a realização desta pesquisa. Considerando que, segundo o PPP Carlos Mota:

“[...] é necessário repensar sempre a prática, que deve ser pautada por estudos continuados e pela autoavaliação, [...]” (p.27).

Podemos verificar, ainda, que os objetivos de estimular a iniciativa dos professores para a participação na elaboração do PPP e fazer com que a autoavaliação dos professores seja um primeiro passo para promover a participação dos outros segmentos que compõem a comunidade escolar foram alcançados. Após a apresentação e análise dos resultados da coleta de dados nós, professores, refletimos sobre nossas ações e, a partir do momento em que foi realizada, essa autoavaliação dos professores propiciou uma mudança no fazer pedagógico da escola, ao dar continuidade a esse processo com a aplicação de questionários para os outros segmentos da comunidade escolar. Os professores reconheceram suas respostas nos gráficos, tabelas e na apresentação da transcrição das respostas às questões subjetivas, destacaram a importância desse retorno para enriquecer o debate na busca de soluções e da criação do “Momento PPP” para a avaliação de suas ações desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo, fazendo parte de um processo contínuo de ação/reflexão/ação. Baseada em (SILVA, 2009):

“A construção da gestão democrática da educação exige que aprofundemos, cada vez mais, nossas reflexões e nossos fundamentos sobre a participação, seus significados, suas dimensões e suas características. [...]” (p.1).

Portanto, a autoavaliação dos outros segmentos que compõem a comunidade escolar e como melhorar as participações já existentes, podem caracterizar-se como sugestões para novas pesquisas.

Podemos concluir que a realização desta pesquisa é relevante, pois, apesar dos estudos já realizados e da fundamentação voltada para que a gestão escolar seja democrática, presente nos seus referenciais teóricos, a análise dos dados coletados torna evidente a falta de participação da maioria dos professores e, de acordo com (VIEIRA, 2004):

“[...] A prática de trabalho dos professores, geralmente isolada nas salas de aulas, dificulta sobremaneira, a criação de uma cultura de colaboração. Por isso, há necessidade do gestor planejar a existência de momentos para troca de experiências entre professores e funcionários. [...]” (p.6).

Esta pesquisa também permite a todos que tiverem acesso ao seu conteúdo, um melhor direcionamento para o trabalho da equipe gestora, a identificação de algumas causas para a falta de participação da comunidade escolar e as sugestões

onde se destacam a elaboração de um cronograma, amplamente divulgado para a construção coletiva do PPP, relacionar objetivos a serem alcançados, definir estratégias de ação, disponibilizar recursos, identificar os responsáveis por cada ação, apresentar resultados e fazer a avaliação das ações realizadas, visando um melhor planejamento para as próximas ações, viabilizando e/ou melhorando a participação dos professores na construção do PPP e contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela escola.

REFERÊNCIAS

Almanaque Abril. Editora Abril, 36. Ed., São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Adilson Cesar de. **A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v.3, n.4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

BELLONI, I; BELLONI, J. **Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa.** In: FREITAS, L. C. (Org.). Avaliação de escolas e universidades. Campinas, SP: Komedi; 2003 p.9-34.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Supremo Tribunal Federal. – Brasília, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** -7. ed. -Curitiba. Ed. Positivo; 2008.

GALINA, I. F.; CARBELLO, S. R. C. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

Lei Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Nº 4.751/2012 - Lei da Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola.** Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

NOVAIS, Vera Lúcia Duarte de. **As TIC chegam à escola: como entrar pela porta da frente?** PUC-SP, 2004. Este texto foi produzido para o curso **Gestão Escolar e Tecnologias.** p.1-8.

Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF. 1998.174p.

Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Educação Básica. 146p.

Proposta Pedagógica do Centro Educacional 02 do Guará. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Diretoria Regional de Ensino do Guará. abr., 2009, 43p.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e significados.** In: Escola de Gestores da educação básica. 2. Ed. 2009. CD-ROM.

SOUSA, Sandra Z. L. de. **Avaliação institucional: elementos para discussão.** In: **Escola de Gestores da Educação Básica.** 2ed. 2009. CD-ROM. p.1-8.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática.** Educação em Revista. Belo Horizonte. v.25, n.3, p.123-140, dez. 2009.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 9. ed. São Paulo: Libertad, 2006. p. 14-64.

VEIGA, I. P.A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: _____ (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 11-35.

VIEIRA, Alexandre Thomaz. **Funções e papéis da tecnologia.** São Paulo, PUC – SP, 2004. p. 1-9.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação.** Campinas-SP; Papirus, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO



Curso de Especialização em Gestão Escolar

Responsável pela pesquisa: Cursista

Teresa Cristina Carvalho do Nascimento

Eu, _____, abaixo assinado, declaro que fui informado (a), de forma clara e objetiva, que a pesquisa intitulada “Uma autoavaliação dos professores frente ao projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará”, irá compreender uma autoavaliação dos professores, como primeiro passo para que os demais segmentos que compõem a comunidade escolar também participem da elaboração do projeto político pedagógico da escola. Afirmo que tenho pleno conhecimento de que, nesta pesquisa, será realizado o procedimento da aplicação de um questionário. Estou ciente de que não é obrigatória a minha participação nesta pesquisa, caso me sinta constrangido antes ou durante a realização do trabalho, e de que os materiais utilizados para a coleta de informações serão destruídos após o registro dos dados.

Declaro estar ciente de que a pesquisadora manterá em caráter confidencial todas as respostas que comprometam minha privacidade. Por fim, declaro que me foi esclarecido que estas informações poderão ser obtidas por intermédio da responsável pela pesquisa e que o resultado da pesquisa somente será divulgado com o objetivo científico-acadêmico, mantendo-se em sigilo a minha identidade. E por estar de pleno acordo com os termos ajustados e mencionados neste documento, assinamos o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília/DF, ____ de _____ de ____

Assinatura do voluntário

Responsável pela pesquisa E-mail:

telefone: (61)

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES



Curso de Especialização em Gestão Escolar

Pesquisa: Uma autoavaliação dos professores frente ao projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará

Professora Orientadora: Mestra Olga Cristina Rocha de Freitas

Professor monitor-orientador: Mestre Cristiano de Souza Calisto

Cursista: Teresa Cristina Carvalho do Nascimento

A proposta desta pesquisa é promover uma autoavaliação dos professores, como um primeiro passo para que os outros segmentos que compõem a comunidade escolar também participem da elaboração do projeto político pedagógico da escola.

A sua participação, ao responder este questionário é importante para contribuir com a gestão escolar democrática e melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem na escola. Não é necessário que se identifique.

Desde já, agradeço a sua colaboração.

1 – Seu tempo de atuação na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: ____ anos e ____ meses

2 – Tempo de exercício na escola atual: ____ anos e ____ meses

3 – Você sabe qual é a função do projeto político pedagógico na escola? Em caso de resposta afirmativa poderia defini-la?

4 – Em sua opinião, de quem é a responsabilidade da elaboração do projeto político pedagógico para uma gestão escolar democrática?

5 – Quando o projeto político pedagógico deve ser elaborado?

6 – Qual a função da carreira assistência na elaboração do projeto político pedagógico?

7 – Você tem conhecimento de algum projeto político pedagógico elaborado nesta escola?

a) sim b) não

8 – Você já participou da elaboração de algum projeto político pedagógico nesta escola?

a) sim b) não

Se você assinalou “sim”, na questão 8, responda as questões 9 e 10, caso contrário, continue respondendo o questionário, a partir da questão 11.

9 – Como você avalia a sua participação na elaboração do projeto político pedagógico desta escola?

a) ótima b) boa c) regular d) insatisfatória

10 – Qual foi o seu papel nessa elaboração?

11 – Já partiu de você alguma iniciativa para a elaboração coletiva do projeto político pedagógico nesta escola?

a) sim b) não

12 – Os outros segmentos que compõem a comunidade escolar participam ou participaram da elaboração do projeto político pedagógico desta escola?

a) sim b) não c) não tenho conhecimento

Se você assinalou “sim” na questão 12, responda a questão 13, mas, se sua resposta for negativa, responda a questão 14. É importante que todos respondam as questões 15 e 16.

13 – Como você avalia a participação dos outros segmentos, que compõem a comunidade escolar, na elaboração do projeto político pedagógico desta escola?

- a) ótima b) boa c) regular d) insatisfatória

14 – A que fator você atribui a falta de participação dos demais segmentos na elaboração do projeto político pedagógico desta escola?

15 – Escreva uma ou mais sugestões para viabilizar e/ou melhorar a participação dos professores na construção coletiva do projeto político pedagógico dessa escola:

16 – Cite características, por ordem de importância que, em sua opinião, o professor deve ter para uma postura coerente com a prática da gestão escolar democrática:

APÊNDICE 3

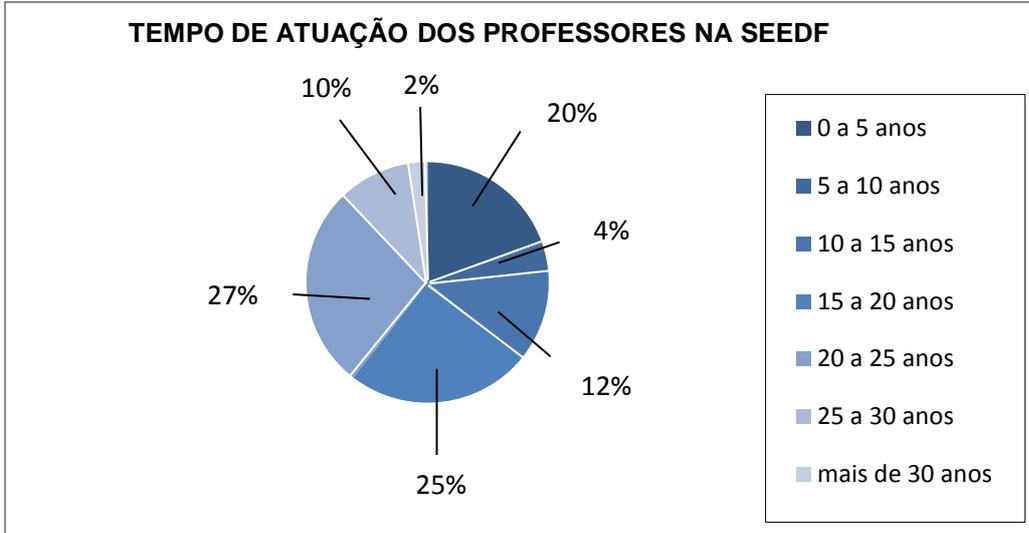
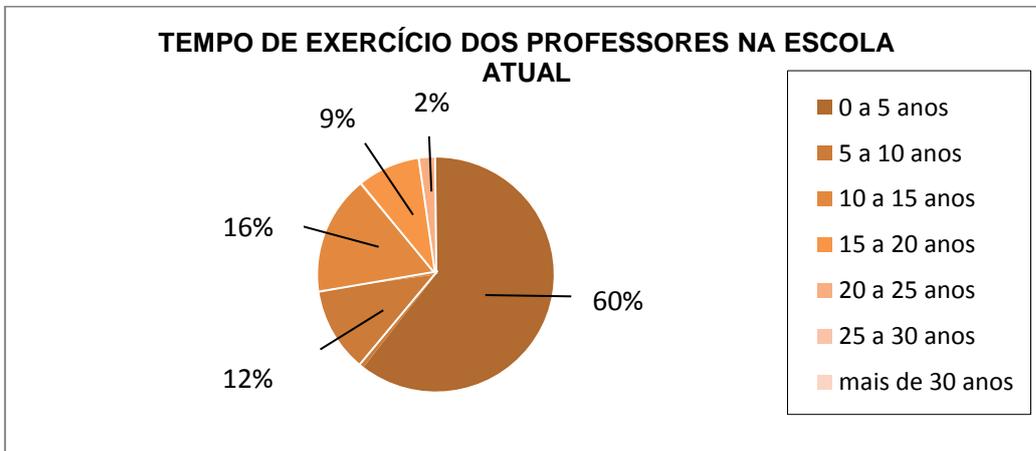


Gráfico 1 – Tempo de atuação dos professores, do Centro Educacional 02 do Guará, na Secretaria de Estado de Educao do Distrito Federal.

APÊNDICE 4



Gráfico 2 – Tempo de exercício dos professores no Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 5

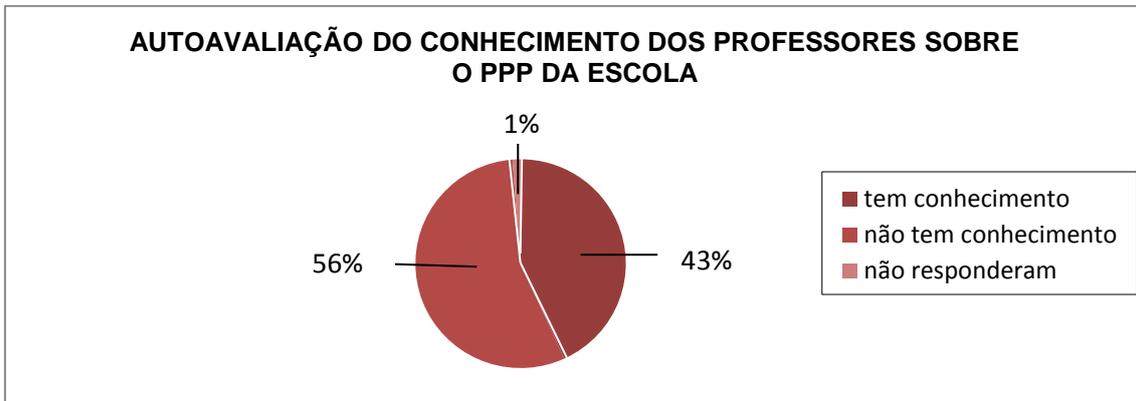


Gráfico 3 – Autoavaliação do conhecimento dos professores, do Centro Educacional 02 do Guará, sobre o projeto político pedagógico da escola.

APÊNDICE 6



Gráfico 4 – Identificação da participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 7

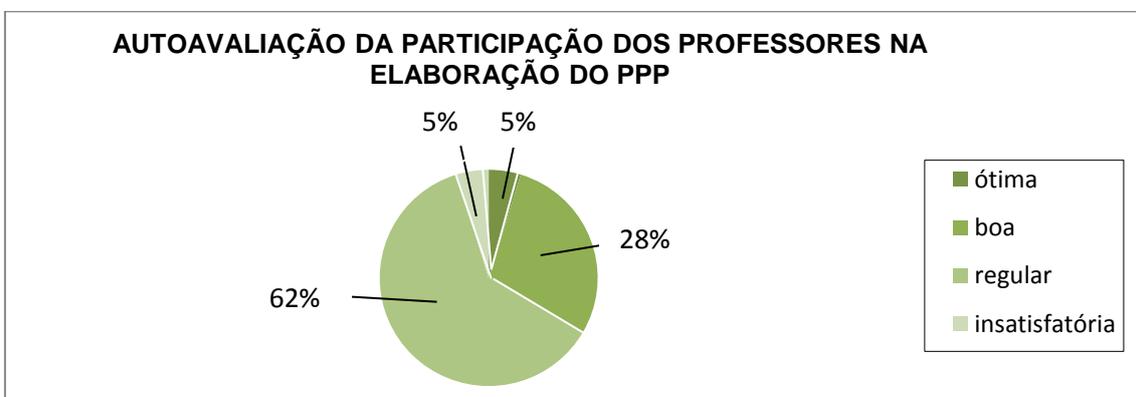


Gráfico 5 – Autoavaliação da participação dos professores na elaboração do projeto político pedagógico no Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 8

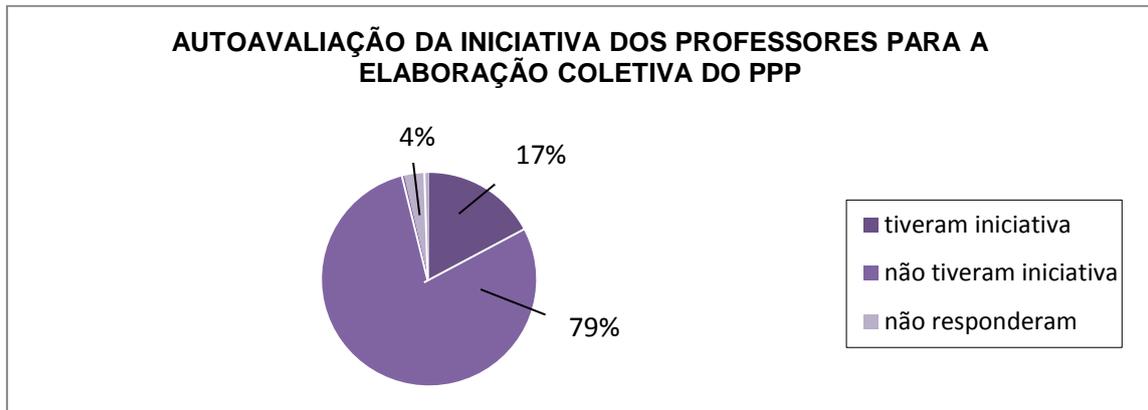


Gráfico 6 – Autoavaliação da iniciativa dos professores para a elaboração coletiva do projeto político pedagógico no Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 9

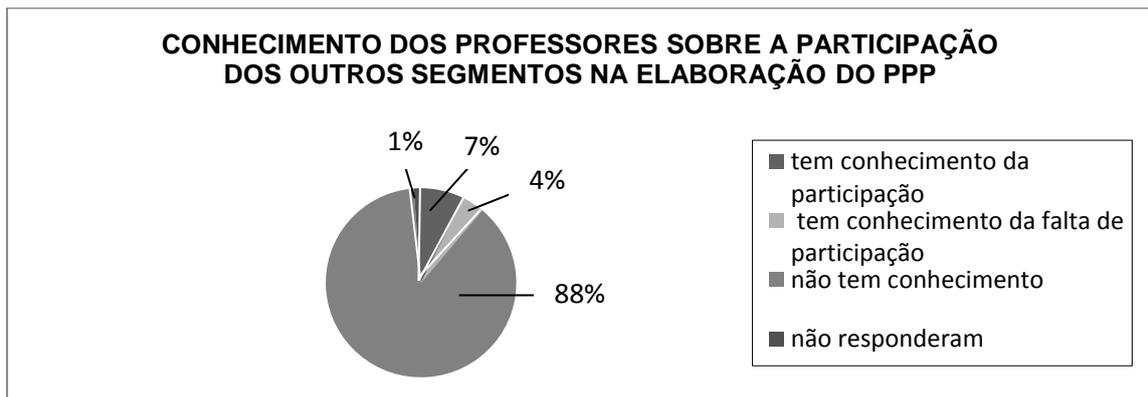


Gráfico 7 – Autoavaliação do conhecimento dos professores sobre a participação dos outros segmentos, na elaboração do projeto político pedagógico, no Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 10

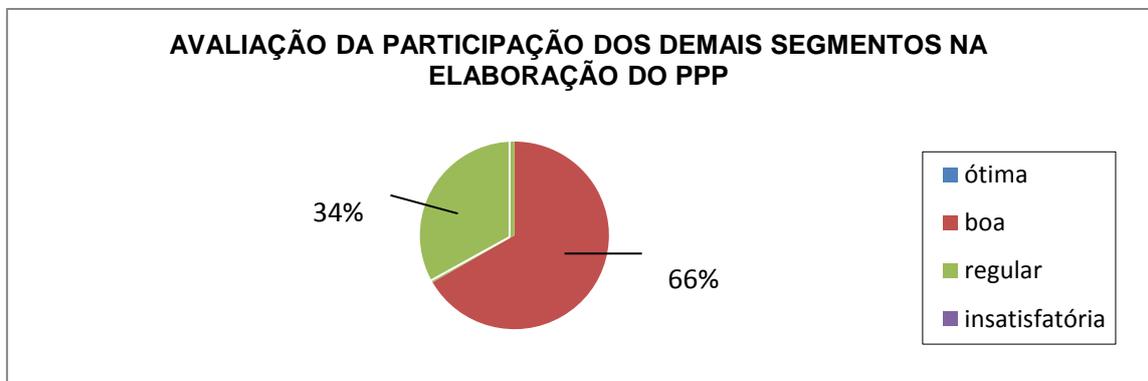


Gráfico 8 – Refere-se à avaliação, realizada pelos professores, sobre a participação dos demais segmentos que compõem a comunidade escolar, na elaboração do projeto político pedagógico do Centro Educacional 02 do Guará.

APÊNDICE 11

Tabela 1 – Identificação de quem é a responsabilidade de elaboração do projeto político pedagógico, na opinião dos professores do Centro Educacional 02 do Guará.

De toda a comunidade escolar	69	85%
A responsabilidade de pensar é de todos, mas, a parte manuscrita é da direção	2	2%
Da direção com os professores	2	2%
De todos os segmentos, coordenados pela equipe gestora	1	1%
De todos, inclusive da comunidade externa com iniciativa da equipe gestora	1	1%
Dos representantes de um ou mais setores eleitos, para ficar a frente na condução e orientação dos trabalhos	1	1%
Da direção, professores, pais e responsáveis pelos alunos	1	1%
Diretor, vice, coordenadores e professores	1	1%
Do diretor	1	1%
Secretaria de Educação – Regional de Ensino	1	1%
Secretaria de Educação	1	1%

APÊNDICE 12

Tabela 2 – Momento mais adequado para a elaboração do projeto político pedagógico, segundo os professores do Centro Educacional 02 do Guará.

No início do ano letivo	24	30%
No final de cada ano, para por em prática nos anos posteriores	17	21%
Sempre que houver necessidade ou mudança de gestores	17	21%
Ao longo do ano letivo	5	6%
Não responderam	4	5%
Já deveria estar pronto e ser modificado ao longo de cada ano letivo	3	4%
Impreterivelmente no 1º Bimestre	2	2%
Pode-se determinar um período, mas, a avaliação deve ocorrer durante todo o ano letivo	2	2%
Na semana pedagógica	1	1%
Entre o final e o início do próximo ano letivo	1	1%
Deve ser elaborado de 3 em 3 anos, porém, revisado anualmente	1	1%
Quando a escola for inaugurada	1	1%
O mais rápido possível	1	1%
Deve ser plurianual/quinquenal	1	1%
Em períodos regulares	1	1%